



portalbenews.com.br

PAPO DE COMPLIANCE

Selma Culturati Vasquez:
fornecedor também faz
parte do risco da empresa

► p18



MUNDO CORPORATIVO

Patrícia Brentano: bons
líderes não precisam ser
donos de todas as ideias

► p20

Divulgação



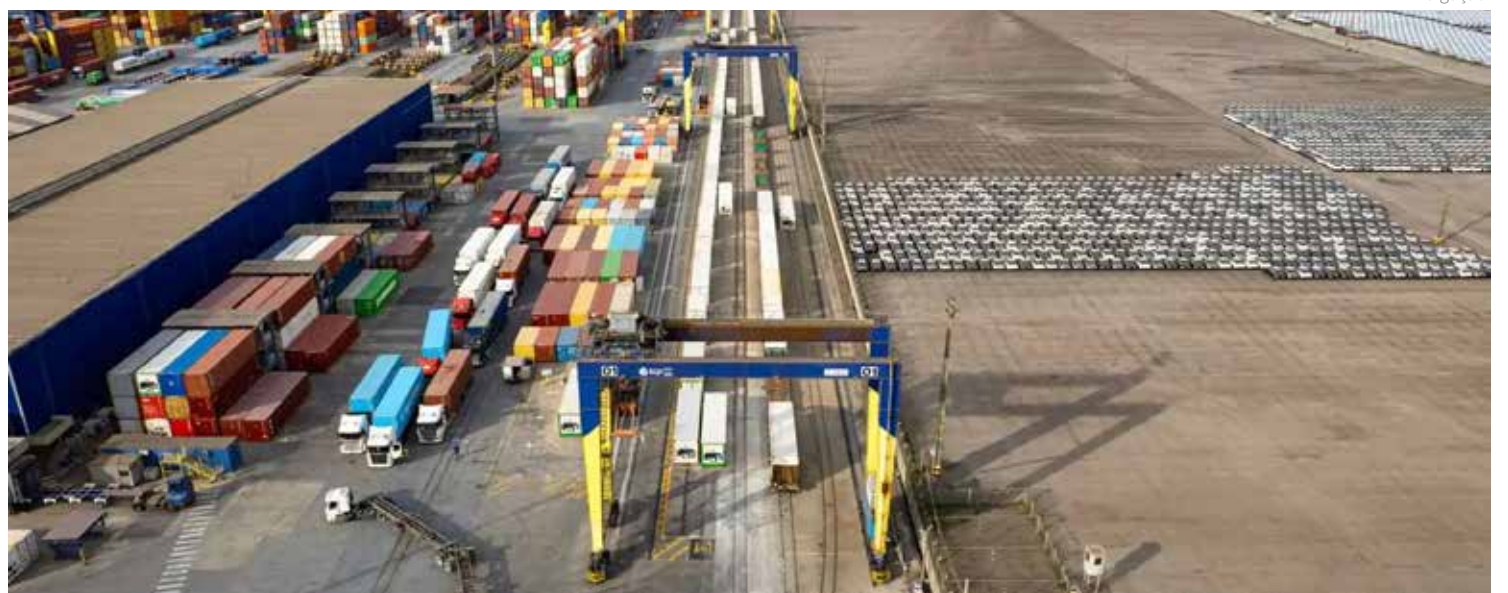
Governo reforça defesa digital de portos e aeroportos

Equipe especializada poderá
agir em situações de alto
risco e articular respostas
com órgãos federais
de cibersegurança ► p8

Divulgação

TCP e Brado inauguram terceira linha férrea em Paranaguá

► p9



Mendonça afasta diretor da PF; 11 diretores colocam cargos à disposição ► p21 e p22

AVIAÇÃO Latam amplia
malha internacional com voo
direto entre Guarulhos e Cusco
► p11

AEROPORTOS Congonhas
poderá concluir voos após
as 23h em contingências
► p12

BRASIL EXPORT Sul Export
debate estratégia e cadeia
de suprimentos do setor naval
► p14

EDITORIAL

Cibersegurança em pauta

O Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) criou a Equipe de Prevenção, Tratamento e Resposta a Incidentes Cibernéticos (Etir-Mpor) para monitorar redes, identificar vulnerabilidades e responder a ataques que possam comprometer os sistemas do órgão. A medida chega num momento em que o Ministério acumula iniciativas de digitalização que aumentam a eficiência operacional e, por outro lado, a superfície de ataque disponível para agentes maliciosos: a rede privativa 5G do Porto de Santos (SP), instalada há menos de duas semanas; o sistema VTMS de monitoramento de tráfego aquaviário também em Santos, cujo contrato foi assinado com investimento de R\$ 90 milhões; a Política Nacional de Identificação Biométrica, que conectará bases de dados da Polícia Federal, da Receita Federal e do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) aos sistemas de acesso em aeroportos e portos; e o programa Porto + Seguro, com 1.260 câmeras integradas a inteligência artificial. Cada um desses sistemas é uma porta de entrada potencial para quem queira interromper operações, roubar dados ou comprometer a segurança de infraestrutura crítica.

A autoridade para agir sem autorização prévia em situações de urgência ou alto risco é o dispositivo mais importante da portaria que cria a equipe. Em incidentes cibernéticos, os primeiros minutos determinam a extensão do dano: um ransomware que começa a se propagar por uma rede portuária às 2h da manhã não espera que um gestor sênior seja localizado, acorde e autorize a contenção. A equipe que precisa de hierarquia para reagir já perdeu o momento de reação. A decisão de dar à Etir-Mpor mandato de ação imediata, com registro e comunicação posterior ao gestor de segurança da informação, é o modelo correto para resposta a incidentes e reflete o aprendizado de organizações que já sofreram ataques relevantes. No Brasil, episódios como a ciberinvasão ao Ministério da Saúde em 2021 e os incidentes que afetaram sistemas do Judiciário demonstraram o custo de estruturas de resposta que dependem de aprovação antes de agir.

A dependência da infraestrutura de Tecnologia da Informação (TI) do Ministério dos Transportes é o ponto de maior complexidade operacional da estrutura anunciada. A Etir-Mpor acompanhará incidentes que envolvam sistemas sob responsabilidade do ministério vizinho, mas a operação e a execução das correções continuarão com as equipes técnicas daquele órgão. Esse modelo de coordenação sem controle direto funciona quando os dois ministérios têm protocolos compartilhados, canais de comunicação permanentes e nível de maturidade técnica equivalente. Quando não têm — e a experiência da administração pública federal brasileira com integração entre equipes de TI de ministérios distintos é variada —, a coordenação vira gargalo exatamente quando a velocidade é mais necessária. A portaria prevê articulação com o Centro de Prevenção, Tratamento e Resposta a Incidentes Cibernéticos de Governo (CTIR.Gov) e o Centro Integrado de Segurança Cibernética do Gov.Br (Cisc Gov.br), que são as instâncias federais centrais de cibersegurança. Que essa articulação produza protocolos concretos de escalonamento e de comunicação entre as equipes dos dois ministérios, e não apenas menção formal em documento normativo.

A criação da Etir-Mpor é um primeiro passo que precisa ser seguido de estruturação real, com servidores selecionados por capacitação técnica verificável, planos de resposta a incidentes testados em simulações, antes que o incidente real aconteça, e orçamento para ferramentas de monitoramento que vão além do que os sistemas padrão da administração pública oferecem. A participação sem remuneração adicional, considerada “serviço público relevante”, é um modelo que funciona em equipes motivadas e com cultura de segurança consolidada, e que pode se tornar um problema de retenção de talentos se os servidores técnicos mais qualificados encontrarem, no setor privado, compensação que o serviço público não consegue oferecer. Cibersegurança é um mercado de trabalho extremamente competitivo, e a administração pública compete com desvantagem estrutural de remuneração por exatamente os profissionais que precisaria reter.

A infraestrutura portuária e a aeroportuária brasileiras são, por sua natureza, alvo de interesse tanto de grupos criminosos, que já demonstraram capacidade de usar dados de sistemas portuários para orquestrar tráfico de drogas com maior eficiência, como o projeto Porto + Seguro busca combater, quanto de atores estatais estrangeiros interessados em inteligência sobre fluxos de comércio exterior. A digitalização crescente desses sistemas, que é a direção correta para ganhar eficiência, cria uma exposição que precisa ser gerida com a mesma seriedade com que se gere a segurança física dos terminais. A Etir-Mpor não resolve esse problema sozinha, mas já garante a primeira linha de defesa para combater um problema cada vez mais real.

NESTA EDIÇÃO

MANCHETE
8 MPor cria equipe para reforçar segurança contra ataques cibernéticos

- DITORIAL
2 “Cibersegurança em pauta”
INSIGHT
3 “Porto Itapoá: crescer junto com o território”, por Ricardo Arten
HUB
4 Congestionamento nos portos mundiais atinge novo recorde histórico
POLÍTICA
4 Nunes Marques vai à Câmara defender urnas eletrônicas
6 Maior doador de campanhas dividiu R\$ 1 milhão entre Lula e Flávio
TRE nega direito de resposta a Haddad
7 Tarcísio amplia vantagem em São Paulo, aponta pesquisa Quaest
TRANSPORTES | HIDROVIAS
8 Antaq marca nova audiência sobre concessão do sistema Sul-Mirim
TRANSPORTES | PORTOS
9 TCP e Brado inauguram terceira linha férrea em Paranaguá
10 BTP eletrifica 40% da frota de veículos leves no Porto de Santos
Ministério de Portos aprova mudanças no PDZ do Porto de Natal
TRANSPORTES | RODOVIAS
11 ANTT aprova edital da Rota Agro Central com R\$ 6,13 bi em investimentos
TRANSPORTES | AEROPORTOS
12 Congonhas poderá concluir voos após as 23h em contingências
TRANSPORTES | AVIAÇÃO
13 Latam amplia malha internacional com voo direto entre Guarulhos e Cusco
BRASIL EXPORT
14 Sul Export debate estratégia e cadeia de suprimentos do setor naval
ENERGIA
15 Primeiro leilão de transmissão de 2027 prevê aporte de R\$ 12,9 bi
Aneel avaliza prorrogação de concessões
ENERGIA | OPINIÃO
16 “Projetos-piloto: o primeiro passo para criar a indústria de offshore wind no Brasil”, por Rodolfo Gonçalves
MINERAÇÃO
17 BNDES aprova R\$ 77,5 milhões para projeto de terras raras
Ouro recua com alta dos juros dos Treasuries
PAPO DE COMPLIANCE
18 “A rastreabilidade da cadeia de suprimentos como fator de risco corporativo”, por Selma Culturati Vasquez
FINANÇAS
19 Mercado financeiro reduz previsão da inflação para 5% este ano
Dólar atinge menor valor em um mês
MUNDO CORPORATIVO | OPINIÃO
20 “O líder narcisista”, por Patrícia Lia Brentano
JUSTIÇA
21 Mendonça afasta diretor da PF e especialistas questionam decisão
22 AGU pede anulação de decisão e Edson Fachin intima ministro
23 “A verdade prevalecerá”, diz substituto de diretor da PF
Onze diretores colocam cargos à disposição
INTERNACIONAL
24 Resgate no Nepal se concentra em trabalhadores presos em túneis
UE e Otan anunciam ajuda para Ucrânia



Sistema BE News de Comunicação

Sede
Alameda Campinas, 802, 6º andar
Jardins - São Paulo/SP
01404-200, BR

Sucursal Brasília
Casa Brasil Export
SHIS QL 26, Cj. 6, Casa 1
Lago Sul - Brasília/DF
71630-095, BR

Sucursal Santos
Rua Brás Cubas, 37, 1º andar
Centro - Santos/SP
11013-919, BR

Diretor-presidente
Fabrício Julião

Diretor-superintendente
Márcio Delfim

Diretora administrativo-financeira
Jacyara Lima

Diretor-geral
Leopoldo Figueiredo

Diretora comercial
Roberta Riccioppo

Editor-executivo | Jornal BE News
Alexandre Fernandes

Sub-editor | Jornal BE News
Luciano Ribeiro

Editores-executiva | Portal BE News
Vanessa Pimentel

Equipe de Reportagem
Cássio Lyra, Júnior Batista e Geovanna Barbosa (Estagiária)

Design | Jornal BE News
Mônica Mathias (Editora),
Fernando Cláudio Peel e Ricardo Lessa

O Jornal BE News é filiado à



FALE COM A GENTE

ATENDIMENTO AO LEITOR
Se você quer perguntar, sugerir pautas ou enviar informações a nossa equipe de jornalistas, escreva um e-mail para atendimento@portalbenews.com.br

INSCREVA-SE
Acompanhe as últimas notícias do Portal BE News. Para isso, inscreva-se em www.portalbenews.com.br

PUBLICIDADE
publicidade@redebenews.com.br





RICARDO ARTÉN
CEO do Porto Itapoá

opinioao@portalbenews.com.br

► GESTÃO

Porto Itapoá: crescer junto com o território

Durante muito tempo, o desenvolvimento portuário foi medido quase exclusivamente por indicadores de operação: capacidade, produtividade, investimentos e eficiência. Todos continuam essenciais. Mas, para um porto inserido de forma tão profunda na vida de uma cidade, existe outra dimensão que não pode ser acessória: a capacidade de transformar crescimento econômico em oportunidades concretas para as pessoas ao seu redor.

Itapoá ajuda a mostrar por quê. Nas últimas décadas, o município passou por uma transformação acelerada. A cidade cresceu, novas empresas chegaram, empregos foram criados e a atividade econômica ganhou outra escala. O Porto Itapoá fez parte desse processo e, justamente por isso, nossa responsabilidade também cresceu. Um empreendimento que transforma a dinâmica econômica de um território precisa compreender que desenvolvimento não termina na geração de empregos ou no recolhimento de impostos. Ele também passa por educação, cultura, esporte, inclusão, qualificação profissional, saúde e fortalecimento comunitário.

É com essa visão que temos estruturado nossa atuação social. Desde 2015, o Porto Itapoá já destinou R\$ 36 milhões a mais de 190 programas e iniciativas por meio de leis de incentivo fiscal. Somente em 2025, foram aportados R\$ 12,9 milhões para 49 projetos com execução ao longo de 2026, envolvendo cultura, esporte, infância e adolescência, inclusão de pessoas com deficiência, atenção aos idosos e saúde oncológica.

O volume de recursos é relevante, mas não é o ponto principal. Investimento social só produz transformação duradoura quando existe critério, continuidade e vínculo com o território. Por isso, buscamos priorizar projetos desenvolvidos em Itapoá e na região e, mesmo quando a iniciativa tem origem em outro município, estabelecer contrapartidas para a comunidade local. Os editais de projetos incentivados também representam uma evolução: ampliam a transparência, organizam a seleção e permitem avaliar impacto, viabilidade e capacidade de execução.

Há outra escolha fundamental: não fazer apenas para a comunidade, mas fazer com a comunidade. O Programa Ampliar é um bom exemplo. Há dez anos, moradores dos bairros próximos ao Terminal, de Pontal,

Figueira e Jaguaruna participam da construção e da escolha de projetos voltados às próprias necessidades. Já foram realizados 81 projetos comunitários, mais de 80 fóruns de discussão e mais de 2,5 mil participações nesses encontros. É uma lógica que desloca a comunidade da posição de beneficiária para a de protagonista.

O mesmo princípio aparece no Programa Geração, que trabalha economia solidária, associativismo e fortalecimento de atividades locais; no apoio ao esporte, com iniciativas como o Novos Ventos e o Coritapoá; e nos projetos de inclusão desenvolvidos junto à APAE e à AMA de Itapoá. Agora, novas frentes ampliam esse alcance. A Escola Brasileira de Arte e Tecnologia oferece formação gratuita em inteligência artificial, programação criativa e arte e interatividade, conectando a comunidade às competências de uma economia em transformação.

Essas iniciativas são diferentes entre si, mas têm algo em comum: procuram criar capacidade. Esse talvez seja o conceito mais importante quando falamos de impacto social. Doação e apoio emergencial são importantes em determinadas circunstâncias. Mas desenvolvimento de longo prazo exige que as pessoas tenham mais condições de aprender, trabalhar, empreender, participar das decisões e construir seus próprios caminhos.

Para o Porto Itapoá, essa agenda não está separada da estratégia de crescimento. Quanto mais o Terminal amplia sua capacidade, sua relevância e sua presença nas cadeias globais, maior precisa ser sua capacidade de gerar valor compartilhado no território onde nasceu e continua crescendo.

Nos próximos anos, veremos um Porto Itapoá maior, mais tecnológico e ainda mais conectado ao comércio mundial. O desafio é fazer com que essa expansão também seja percebida fora dos portões do Terminal: em uma criança que encontra no esporte uma nova perspectiva, em um jovem que se qualifica para o primeiro emprego, em uma pessoa com deficiência que conquista mais autonomia, em um pequeno empreendedor que aumenta sua renda ou em uma comunidade que participa das decisões sobre o próprio futuro.

É assim que entendemos desenvolvimento: não como aquilo que acontece apenas dentro do porto, mas como aquilo que permanece na cidade e nas pessoas quando o Porto Itapoá cresce.

QUANTO MAIS O TERMINAL AMPLIA SUA CAPACIDADE, SUA RELEVÂNCIA E SUA PRESENÇA NAS CADEIAS GLOBAIS, MAIOR PRECISA SER SUA CAPACIDADE DE GERAR VALOR COMPARTILHADO NO TERRITÓRIO ONDE NASCEU E CONTINUA CRESCENDO

POLÍTICA



LEOPOLDO
FIGUEIREDO
E COLABORADORES
leopoldo.figueiredo@redenebnews.com.br

Congestionamento global

A congestionamento nos portos mundiais atingiu um novo recorde histórico, impulsionando os custos de frete e desestruturando a logística global de contêineres. Segundo levantamento da consultoria Linerlytica, mais de 4,3 milhões de TEUs estão retidos em navios parados em filas de espera para atracação ao redor do mundo. A paralisa na capacidade operacional supera o pico anterior registrado durante a crise da pandemia da Covid-19 em 2022, quando o volume paralisado chegou a 4 milhões de TEUs.

Tempestades e seca

O gargalo atual é alimentado por tempestades sucessivas na Ásia Oriental, que desorganizaram as escalas e os cronogramas dos navios. Em termos relativos, o volume parado representa 12,6% da frota mercantil global, atualmente estimada em 34,4 milhões de TEUs. A proporção ainda permanece abaixo do percentual de 15,7% registrado em 2022, momento em que a frota total era menor, somando 25,3 milhões de TEUs. O cenário de retenção estende-se ao Canal de Panamá, onde a redução no número de trânsitos diários a partir deste mês, devido á seca na região, amplia as filas, embora porta-contêineres com slots pré-agendados sofram impactos menores.

Primeiro lugar

A operadora Santos Brasil conquistou o primeiro lugar do setor de Transporte e Logística no ranking Valor 1.000 deste ano. O anúncio ocorreu na noite dessa terça-feira, em São Paulo (SP). O levantamento, realizado pelo jornal Valor Econômico e pela revista Época Negócios, em parceria com a Serasa Experian e a Fundação Getúlio Vargas (FGV), destaca os resultados das maiores e melhores companhias do País.

Nova CFO

A Movecta, uma das principais operadoras de logística integrada do país, anunciou a contratação de Caroline Pepe Leonard para assumir o cargo de Chief Financial Officer (CFO). A movimentação no comando financeiro ocorre em um momento decisivo para a companhia, focado na implementação do Plano Movecta 2030, projeto estratégico que estabelece como meta dobrar o faturamento do grupo em cinco anos.

Experiência setorial

Com mais de duas décadas de trajetória profissional, Caroline acumula bagagem em finanças corporativas, relações com investidores, operações de fusões e aquisições (M&A) e private equity. Ao longo de sua carreira, a executiva ocupou posições de liderança em grupos de grande porte nos setores de infraestrutura, logística, telecomunicações e varejo de alto padrão, acumulando passagens por empresas como Mills Solaris, Telefônica, Grupo Ultra, Pátria Investimentos e LVMH.

Nunes Marques vai à Câmara defender urnas eletrônicas

Presidente do TSE reforça que o sistema eleitoral brasileiro garante respeito absoluto à vontade do povo

Luiz Roberto / TSE



Na casa onde ainda há quem questione as urnas, Nunes Marques afirmou que o sistema eletrônico de votação é "política de Estado edificada"

Estadão Conteúdo

O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Kassio Nunes Marques, reforçou a confiabilidade das urnas eletrônicas em discurso realizado nesta terça-feira, 8, na Câmara dos Deputados.

O ministro afirmou que o sistema eletrônico de votação é uma "política de Estado edificada ao longo de décadas, sob constantes aperfeiçoamentos" e destacou que a combinação de etapas e procedimentos "auditados e testados incessantemente" garantem a exatidão da apuração do pleito.

As declarações foram feitas na abertura da exposição "O Caminho do Voto" na Câmara. "Sua evolução é fruto do amadurecimento das instituições democráticas brasileiras e demonstra que a busca pela integridade das eleições não é uma tarefa concluí-

da, mas um compromisso permanente da República", destacou o ministro.

No discurso feito ao lado do presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), Nunes Marques ressaltou o "processo de construção coletiva" da urna eletrônica protagonizado pelo Congresso. "A urna não nasceu de iniciativa isolada. Ela nasceu do diálogo e da cooperação entre instituições republicanas que souberam atuar de forma harmônica", afirmou.

"Graças ao esforço institucional do Legislativo, temos um sistema eleitoral que garante o respeito absoluto à vontade do povo brasileiro", destacou.

Nunes Marques lembrou que a adoção das urnas eletrônicas foi uma resposta às vulnerabilidades que atingiam o processo eleitoral até então. "Coube ao Parlamento compreender que a democracia brasileira necessitava de um novo sistema, capaz de registrar com absoluta fidelidade a vontade do eleitorado", disse.

O presidente do TSE ainda ressaltou que a ino-

vação tecnológica das urnas "jamais foi um fim em si mesma, sempre esteve a serviço da integridade do processo eleitoral e da proteção da vontade soberana do eleitorado".

Durante a solenidade, ao lado de Nunes Marques, Motta defendeu a confiança no sistema de votação e lembrou o aniversário de 30 anos da urna eletrônica em 2026. O deputado também elencou desafios para o sistema eleitoral.

"A inteligência artificial generativa possibilita hoje a criação e a manipulação de fotos, áudios e vídeos com um grau de realismo que seria impensável poucos anos atrás. Preservar a confiança do eleitor diante dessa realidade será um dos grandes desafios das instituições democráticas", declarou.

Motta também afirmou que o sistema de votação tem "respeito absoluto" pela vontade dos eleitores. "A exposição mostra que o sistema eleitoral brasileiro, com urnas seguras, transparentes e confiáveis, é resultado de décadas de avanços, aperfeiçoamento e inovação", disse.

SUL EXPORT 2026

GRUPO
**BRASIL
EXPORT**

17 e 18 setembro

**Conectando líderes para impulsionar
a infraestrutura, transportes e
mineração da região sul do Brasil.**

PRESENÇAS CONFIRMADAS



BETO MARTINS
CEO da Transglobal
Holding



RICARDO ARTÉN
CEO do Porto
Itapoá



DJALMA VILELA
Presidente
da Multilog



PAULO BERTINETTI
Presidente do
Tecon Rio Grande



**JOSÉ CARLOS
CASSANIGA**
Diretor-Presidente da EPR



RODOLFO GONÇALVES
CEO da JB
Energy



**RODRIGO BUFFARA
FARAH COLEHO**
Diretor do Terminal
Portuário Cotriguaçu e
Delegado Regional da ABTP

Transmissão ao vivo e gratuita
pelo canal da TV BE News



FOZ DO IGUAÇU - PR
BOURBON THERMAS
ECO RESORT

www.forumbrasilexport.com.br

**SUL
EXPORT**
FÓRUM REGIONAL DE INFRAESTRUTURA
DE TRANSPORTES, ENERGIA E MINERAÇÃO

POLÍTICA

Maior doador de campanhas divide R\$ 1 milhão entre Lula e Flávio

Empresário do setor de biodiesel lidera doações de pessoas físicas para as campanhas eleitorais dos dois candidatos à presidência. Ele destinou R\$ 500 mil para cada um

Estadão Conteúdo

O empresário do setor de biodiesel Erasmo Battistella lidera as doações de campanha feitas por pessoas físicas aos candidatos à Presidência Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e Flávio Bolsonaro (PL), conforme os dados registrados e divulgados pelo Tribunal Su-

perior Eleitoral (TSE).

De acordo com as informações do TSE, Battistella doou R\$ 500 mil à campanha do senador Flávio Bolsonaro e a mesma quantia a Lula, que disputa a reeleição.

Battistella é CEO da Be8, maior produtora de biodiesel do País. Em nota, a assessoria do empresário informou que “as doações mencionadas foram realizadas como pessoa física, dentro dos limites estabelecidos pela legislação eleitoral brasileira”.

“O empresário reafirma o seu compromisso com as melhores práticas de gover-

nança, integridade e transparência”, disse a nota.

O empresário gaúcho integra o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social Sustentável, o chamado Conselhão. Como diretor do Conselho de Administração da Associação dos Produtores de Biocombustíveis do Brasil (Aprobio), Battistella participou e discursou como representante do setor, em junho de 2025, na cerimônia na qual o governo federal anunciou a elevação do percentual mínimo de adição do biodiesel ao óleo diesel para 15% - patamar atual.

Na ocasião, o empre-

sário elogiou as medidas adotadas pelo governo Lula em relação à retomada do cronograma de elevação da mistura do biodiesel. “O governo está comprometido com a transição energética”, afirmou se dirigindo a Lula.

A Be8, da qual Battistella é CEO e sócio fundador, é uma empresa de energia renovável, com sede em Passo Fundo (RS). Fundada em 2005 como BSBios, a companhia alcançou faturamento de R\$ 10 bilhões em 2025. São seis unidades industriais no Brasil, uma no Paraguai e uma na Suíça. Hoje, os negócios são controlados pela holding ECB Group.

comum quando utilizados para o transporte de passageiros por aplicativos.

Por isso, não podem ser transformados em espaços de divulgação política. A mesma regra é aplicada aos táxis, que também estão sujeitos a restrições por serem serviços vinculados a concessões públicas.

A vedação não se limita apenas à publicidade física. Motoristas também não podem fazer campanha dentro do veículo, como pedir votos aos passageiros ou utilizar a viagem para promover determinado candidato.

Para o TSE, bens de uso comum são espaços aos quais a população em geral tem acesso, mesmo quando pertencem à iniciativa privada. A classificação inclui, por exemplo, cinemas, clubes, lojas, centros comerciais, templos religiosos, ginásios, estádios, clínicas e hospitais.

Caso um eleitor identifique um carro de aplicativo circulando com propaganda eleitoral, pode registrar a situação por meio de uma fotografia. Também é recomendável guardar um print da tela do aplicativo que permita identificar o veículo cadastrado.

As informações podem ser encaminhadas à Justiça Eleitoral pelo aplicativo Pardal.

Veto do TSE

O TSE determinou que motoristas que trabalham com aplicativos de transporte, como Uber, 99 e outras plataformas, não podem utilizar os veículos para divulgar propaganda eleitoral durante as eleições de 2026. A proibição vale para adesivos, cartazes ou qualquer outro tipo de material de campanha colocado nos vidros, portas ou demais partes dos automóveis.

De acordo com o TSE, embora os carros pertençam aos motoristas, a legislação eleitoral os enquadra como bens de uso



Ricardo Stuckert/PR e Edilson Rodrigues/Agência Senado

Lula e Flávio receberam a mesma quantia do empresário, que afirmou ter compromisso com as melhores práticas de governança, integridade e transparência

TRE nega direito de resposta a Haddad

Candidato ao governo de SP questionava propaganda de Derrite sobre “Bolsa Crack”

Estadão Conteúdo

O Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo (TRE-SP) rejeitou o pedido de direito

de resposta apresentado pelo candidato ao governo de São Paulo Fernando Haddad (PT) e pela coligação Desperta São Paulo contra o deputado federal Guilherme Derrite (PP). A representação questionava o conteúdo de uma propaganda eleitoral veiculada pela campanha do parlamentar.

Derrite afirmou que Haddad, durante sua gestão como prefeito da capital paulista, tentou enfrentar a situação da Cracolândia por meio de uma iniciativa que classificou como “Bolsa Crack”.

A expressão seria uma referência ao programa municipal De Braços Abertos,

criado durante a administração de Haddad e que previa, entre outras medidas, auxílio financeiro a usuários de drogas.

A decisão foi proferida nesta segunda-feira, 7, pela juíza Domitila Mansur. Para a magistrada, a declaração está inserida no debate político.

“Divergências quanto à avaliação de fatos públicos, interpretações políticas, juízos sobre a eficácia de políticas governamentais e expressões retóricas desfavoráveis integram, em princípio, o campo próprio da disputa eleitoral, no qual deve prevalecer a liberdade de expressão”, destacou.

Tarcísio amplia vantagem em São Paulo, aponta pesquisa Quaest

Governador tem 42% das intenções de voto contra 27% de Haddad. Na disputa pelo governo do Rio, Eduardo Paes está na frente, enquanto Cleitinho lidera a corrida em MG

Diogo Zacarias / Ministério da Fazenda

Estadão Conteúdo

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), tem 42% das intenções de voto na busca pela reeleição, contra 27% de Fernando Haddad (PT), aponta pesquisa Quaest divulgada nesta terça-feira, 8.

Os dados são do cenário de primeiro turno da pesquisa estimulada, quando os nomes dos candidatos são informados aos entrevistados. Na rodada anterior, divulgada em 25 de agosto, Tarcísio tinha 40% das intenções de voto e Haddad, 27%.

Carlos Machado (PCB), Izadora Dias (PCO), Policial Edjane (Agir) e Vera Lúcia (PSTU) marcaram 1% cada. Vivian Mendes (UP) não pontuou. Indecisos são 14% e os que responderam que votarão em branco, nulo ou que não vão votar somam 13%.

A Quaest entrevistou 1.800 pessoas com 16 anos ou mais entre os dias 4 e 7 de setembro. A margem de erro é de dois pontos percentuais para mais ou para menos e o nível de confiança é de 95%.

tos percentuais para mais ou para menos e o nível de confiança é de 95%. O levantamento foi registrado no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) sob o número SP-00959/2026. A pesquisa foi contratada pelo grupo Globo.

O atual governador tem 12% entre os eleitores que se identificam como lulistas, enquanto o petista tem 5% entre os bolsonaristas. A margem de erro é de seis pontos.

Rio de Janeiro

No Rio de Janeiro, a pesquisa Quaest mostra o ex-prefeito carioca Eduardo Paes (PSD) com 39% das intenções de voto, contra 18% de Douglas Ruas (PL). O ex-governador do Rio Anthony Garotinho (Republicanos) aparece com 8%. A margem de erro é de três pontos percentuais para mais ou para menos.

Os demais candidatos ao governo fluminense que pontuaram no levantamento foram: Cyro Garcia (PSTU): 2%; William Siri (PSOL): 1%; Coronel Busnello (Missão): 1%. Brancos e nulos representaram 14%, e os indecisos foram 16% das respostas obtidas pela Quaest.

No levantamento anterior, de 25 de agosto, Paes tinha 37% das intenções, contra 14% de Ruas. Já Garotinho marcava 7% das respostas. Os candidatos Busnello, Garcia e Juliete tinham 1% das intenções cada, enquanto brancos e nulos somavam 16% e os indecisos eram 20% dos entrevistados.



Na pesquisa anterior, divulgada em 25 de agosto, Tarcísio tinha 40% das intenções de voto e Haddad, 27%

A Quaest realizou 1.302 entrevistas presenciais em domicílio, entre os dias 4 e 7 de setembro. A margem de erro é de três pontos percentuais para mais ou para menos, considerando um nível de confiança de 95%. O levantamento foi contratado pelo grupo Globo e registrado no TSE sob o protocolo RJ-04768/2026.

A pesquisa Quaest, aponta a liderança do senador Cleitinho Azevedo (Republicanos), com 32% das intenções de voto, enquanto Patrus Ananias (PT) e o ex-prefeito Alexandre Kalil (PDT) pontuam 11%. A margem de erro é de três pontos percentuais para mais ou menos.

O cenário mineiro, de acordo com a pesquisa Quaest, aponta a liderança do senador Cleitinho Azevedo (Republicanos), com 32% das intenções de voto, enquanto Patrus Ananias (PT) e o ex-prefeito Alexandre Kalil (PDT) pontuam 11%. A margem de erro é de três pontos percentuais para mais ou menos.

Minas Gerais

Outros cinco candidatos marcaram 1% cada: Geraldo Rufino (Podemos), Soninha Francine (Cidadania), Maíra de Souza (UP), Dra. Eliana Ferreira (PSTU) e Guto Schiavetto (Missão). Márcio Alves (UP), William Teixeira (Agir), Weller Gonçalves (PSTU), Ednelson Cesaretti (PCO) e Petter Maahs (PCB) não pontuaram.

Veja os outros candidatos: Mateus Simões (PSD): 8%; Gabriel Azevedo (MDB): 3%; Flávio Roscoe (PL): 3%; Ben Mendes (Missão): 2%; Indecisos: 17%; Branco/Nulo: 12%.

No último levantamento da Quaest, de 25 de agosto, o senador Cleitinho estava em primeiro lugar com 29% das intenções de voto. Outros quatro candidatos estavam empatados tecnicamente: Patrus Ananias, com 11%; Alexandre Kalil, com 10%; Mateus Simões, com 7%; e Gabriel Azevedo, com 5%.

Senado: SP registra empate técnico triplo

A ex-ministra Marina Silva (Rede) e o deputado federal Guilherme Derrite (PP) têm 14% das intenções de voto na disputa pelas duas vagas ao Senado por São Paulo, de acordo com pesquisa Quaest divulgada nesta terça-feira, 8.

Ambos estão tecnicamente empatados com a também ex-ministra Simone Tebet (PSB), com 12%. Os percentuais são

relativos aos votos totais, que somam as respostas do primeiro e do segundo voto.

Marina celebrou e acredita que vai vencer junto com Tebet. “Vamos continuar dialogando com todos os setores do nosso estado e mostrando que, juntas, podemos abrir um novo ciclo de prosperidade, com desenvolvimento, oportunidades e redução

das desigualdades”.

Em seguida, aparecem na pesquisa o presidente da Alesp, André do Prado (PL), com 7%, e o deputado federal Ricardo Salles (Novo), que marcou 3%.

Indecisos são 26% e brancos, nulos e quem não vai votar, 19%.

Na rodada anterior, divulgada no dia 25 de agosto, Derrite e Marina tinham 12%, Tebet, 11%, André do

Prado, 7%, e Salles, 4%.

Outros cinco candidatos marcaram 1% cada: Geraldo Rufino (Podemos), Soninha Francine (Cidadania), Maíra de Souza (UP), Dra. Eliana Ferreira (PSTU) e Guto Schiavetto (Missão).

Márcio Alves (UP), William Teixeira (Agir), Weller Gonçalves (PSTU), Ednelson Cesaretti (PCO) e Petter Maahs (PCB) não pontuaram.

A Quaest entrevistou 1.800 pessoas com 16 anos ou mais entre os dias 4 e 7 de setembro. A margem de erro é de dois pontos percentuais para mais ou para menos e o nível de confiança é de 95%.

O levantamento foi registrado no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) sob o número SP-00959/2026. A pesquisa foi contratada pelo grupo Globo.

INFRAESTRUTURA

MPor cria equipe para reforçar segurança contra ataques cibernéticos

Estrutura terá atuação em ataques, vulnerabilidades e recuperação de sistemas e trabalhará em conjunto com o Ministério dos Transportes

Divulgação

Da Redação
redacao.jornal@redebnews.com.br



A equipe trabalhará em conjunto com o Ministério dos Transportes, responsável pelo fornecimento de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação utilizados pelo MPor

O Ministério de Portos e Aeroportos criou uma equipe para prevenir e responder a incidentes cibernéticos que possam comprometer os sistemas e serviços utilizados pela órgão. A medida busca reforçar a segurança digital das atividades relacionadas ao setor portuário e aeroportuário e prevê atuação integrada com o Ministério dos Transportes, responsável por parte da infraestrutura de Tecnologia da Informação utilizada pelo MPor.

A Equipe de Prevenção, Tratamento e Resposta a Incidentes Cibernéticos (ETIR-MPOR) deverá monitorar redes, identificar vulnerabilidades e atuar

diante de ataques, invasões e outros eventos que possam afetar os sistemas do Ministério. A estrutura também ficará responsável por coordenar medidas de contenção, recuperação e restabelecimento dos serviços.

A equipe trabalhará em conjunto com o Ministério dos Transportes, responsável pelo fornecimento de

serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação utilizados pelo MPor.

Nos casos que envolvam sistemas sob responsabilidade do Ministério dos Transportes, as equipes técnicas do órgão continuarão responsáveis pela operação e execução das correções. À ETIR-MPOR caberá coordenar e acompanhar as providências e

fazer a articulação com as unidades afetadas.

A nova estrutura também será responsável pela comunicação de incidentes aos órgãos federais de segurança cibernética, como o Centro de Prevenção, Tratamento e Resposta a Incidentes Cibernéticos de Governo (CTIR Gov) e o Centro Integrado de Segurança Cibernética do Go-

verno Digital (CISC Gov.br).

Resposta a incidentes

Em situações de urgência ou alto risco, a equipe poderá acionar imediatamente medidas de contenção, mitigação e recuperação, sem necessidade de autorização prévia de níveis superiores de gestão. As providências deverão ser registradas e posteriormente comunicadas ao Gestor de Segurança da Informação.

A portaria prevê ainda a criação de planos específicos para gestão de incidentes cibernéticos e de vulnerabilidades. A intenção é organizar os procedimentos de resposta e reduzir os riscos de interrupção dos serviços digitais utilizados pelo Ministério.

A equipe será formada por servidores efetivos ou militares com capacitação técnica e não terá remuneração adicional. A participação será considerada serviço público relevante.

TRANSPORTES | Hidrovias

Antaq marca nova audiência sobre concessão do sistema Sul-Mirim

Sessão será realizada em 7 de outubro, em Rio Grande, para receber contribuições sobre a modelagem do projeto

Da Redação
redacao.jornal@redebnews.com.br

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) marcou para 7 de outubro a segunda ses-

são da Audiência Pública nº 06/2026, que discute a concessão do Sistema Aquaviário Integrado do Sul e Lagoa Mirim (SAIP Sul-Mirim). A definição foi publicada nesta terça-feira (8) no Diário Oficial da União.

A audiência tem como objetivo receber contri-

buições, sugestões e subsídios para o aperfeiçoamento dos documentos técnicos e jurídicos que servirão de base para a futura licitação do sistema.

A sessão começará às 9h e será realizada presencialmente no Anfiteatro do Centro de Con-

vívio dos Jovens do Mar (CCMar), em Rio Grande (RS). Os trabalhos seguirão até a manifestação do último participante credenciado.

Os interessados em se manifestar durante a audiência deverão se inscrever pelo WhatsApp, no número (61) 2029-6940,

entre 9h e 15h de 6 de outubro.

Não será necessário cadastro prévio para acompanhar o evento. A Antaq informou, porém, que os participantes previamente inscritos terão preferência na ocupação dos lugares disponíveis no local.

TCP e Brado inauguram terceira linha férrea em Paranaguá

Nova estrutura adiciona 757 metros de ferrovia e deve ampliar em cerca de 20% a movimentação de cargas pelo modal até 2027

Divulgação

Da Redação
redacao.jornal@redenenews.com.br

A TCP, empresa que administra o Terminal de Contêineres de Paranaguá (PR), e a Brado Logística inauguraram em 1º de setembro a terceira linha férrea de acesso ao terminal. A nova estrutura adiciona 757 metros de ferrovia ao pátio e deve contribuir para um crescimento de aproximadamente 20% na movimentação de cargas pelo modal até 2027.

A ampliação modifica a dinâmica de atendimento das composições ferroviárias. Antes, o pátio operava com duas linhas e os trens de 82 vagões precisavam ser divididos em dois grupos para atravessar a passagem de nível. As operações de carga e descarga eram realizadas em lotes de 41 contêineres.

Esse processo exigia duas interrupções para a passagem completa de cada trem, com impacto tanto sobre a composição ferroviária quanto sobre os veículos que circulavam pela via. Com a terceira linha, dois trens poderão permanecer simultaneamente em operação enquanto uma terceira composição realiza a saída do terminal.

A expectativa é aumentar a fluidez das manobras e ampliar a capacidade de atendimento ferroviário no pátio. A inauguração marcou a conclusão de uma etapa de investimentos na conexão do terminal com a malha ferroviária e reuniu representantes da TCP,



A nova estrutura adiciona 757 metros de ferrovia ao pátio e deve contribuir para um crescimento de aproximadamente 20% na movimentação de cargas pelo modal até 2027

“
QUANDO
AMPLIAMOS
A CAPACIDADE
FERROVIÁRIA
EM PARANAGUÁ,
ESTAMOS
FORTELECENDO
UMA CONEXÃO
ESTRATÉGICA
ENTRE AS REGIÕES
PRODUTORAS,
A INDÚSTRIA
E O PORTO”

LUCIANO JOHNSON
CEO da Brado Logística

Brado, Federação das Indústrias do Estado do Paraná (Fiep), Rumo e empresas clientes.

Segundo o CEO da Brado Logística, Luciano Johnson, a ampliação busca reforçar a ligação entre regiões produtoras e o Porto de Paranaguá. “O Paraná tem uma participação cada vez mais relevante no comércio exterior. Quando ampliarmos a capacidade ferroviária em Paranaguá, estamos fortalecendo uma conexão estratégica entre as regiões produtoras, a indústria e o porto. É uma infraestrutura que acompanha a dimensão da produção paranaense e contribui para dar mais eficiência ao caminho entre o campo e o porto”, afirmou.

A participação da ferrovia no escoamento de contêineres pelo terminal já é relevante. Em 2025, a TCP registrou 326,3 mil contêineres cheios destinados à exportação. Desse total, aproximadamente 52 mil foram transportados pela Brado, o equivalente a 16% dos embarques.

Para absorver o au-

mento esperado da movimentação, a TCP antecipou investimentos em novos caminhões e guindastes. De acordo com o gerente comercial da companhia, Fabio Mattos, os equipamentos foram adquiridos para acompanhar a expansão da capacidade ferroviária.

“A TCP antecipou investimento em novos caminhões e guindastes para absorver o aumento das movimentações com a conclusão da ampliação da ferrovia. O modal já integra a cadeia logística de importantes indústrias do estado e com esta nova estrutura o Terminal espera impulsionar um novo ciclo de crescimento e de desenvolvimento regional, oferecendo maior capacidade e eficiência para exportadores”, afirmou.

Corredores produtivos

A conexão ferroviária atende polos produtivos do Paraná ligados principalmente às cadeias de proteína animal e de papel e celulose. Entre as regiões alcançadas estão Cascavel e Cambé,

com atividades relacionadas à produção e exportação de carnes, além de Ortigueira, onde há forte presença da indústria de papel e celulose.

O frango representa 24% das cargas transportadas pela Brado. O segmento tem peso relevante na economia paranaense: o estado responde por quase 35% da produção brasileira de carne de frango e ocupa a segunda posição nacional na produção de suínos.

A ampliação da infraestrutura ferroviária busca elevar a capacidade de ligação dessas regiões ao Porto de Paranaguá e oferecer maior regularidade ao transporte de cargas destinadas ao mercado externo.

Johnson afirmou ainda que a empresa pretende ampliar o uso da infraestrutura ferroviária conforme a evolução da demanda dos clientes e do comércio exterior. Segundo ele, a estratégia da Brado considera não apenas os volumes atuais, mas também mudanças previstas nas cadeias atendidas pela companhia.

TRANSPORTES | Portos

BTP eletrifica 40% da frota de veículos leves no Porto de Santos

Terminal incorpora dez veículos 100% elétricos e instala estações de recarga como parte da estratégia de descarbonização

Da Redação
redacao.jornal@redebenews.com.br

A BTP (Brasil Terminal Portuário) substituiu 40% da frota de veículos leves movidos a combustão por modelos 100% elétricos em seu terminal de contêineres no Porto de Santos. Ao todo, dez automóveis foram incorporados à operação como parte da primeira fase do processo de eletrificação da frota utilizada internamente pela empresa.

Os veículos são empregados diariamente por profissionais de diferentes áreas no suporte às operações de movimentação de contêineres dentro do terminal.

Segundo a BTP, a frota de veículos leves de serviço consumiu mais de 103 mil litros de combustível no último ano. Com a substituição dos modelos a combustão



Os veículos leves da BTP são empregados diariamente por profissionais de diferentes áreas no suporte às operações de movimentação de contêineres dentro do terminal

pelos elétricos, a empresa espera reduzir o consumo de combustíveis fósseis e as emissões diretas de gases de efeito estufa (GEE).

A iniciativa integra a estratégia da companhia para reduzir as emissões de suas operações. O diretor-presidente da BTP, Cláudio Oliveira, afirmou que a eletrificação da frota é uma das medidas adotadas para alcançar a meta de zerar as emissões diretas. “Queremos nos tornar carbono

zero em nossas emissões diretas e a substituição dos veículos leves contribui para esse compromisso com uma mudança que trará bons resultados. A BTP atua com foco na construção de um futuro sustentável para a companhia e para a região”, afirmou.

A eletrificação da frota também exigiu mudanças na infraestrutura do terminal. A BTP instalou estações de recarga para permitir o abastecimento dos veículos elé-

tricos dentro da própria área portuária.

A energia utilizada na recarga, segundo a empresa, é proveniente de fontes renováveis. A companhia possui há cinco anos a certificação I-REC (International Renewable Energy Certificate), sistema internacional que permite rastrear e comprovar a origem renovável da eletricidade consumida.

Além da redução das emissões, a substituição dos veículos deve gerar impac-

tos na rotina operacional, como a diminuição dos níveis de ruído no terminal. Os novos automóveis também incorporam recursos de segurança, conforto e tecnologia para os trabalhadores que circulam pela instalação.

A eletrificação dos veículos leves faz parte das iniciativas da BTP voltadas à redução das emissões associadas às atividades do terminal e à transição para uma operação de menor impacto ambiental.

Ministério de Portos aprova mudanças no PDZ do Porto de Natal

Alterações propostas pela Codern passam a integrar plano portuário de 2021; versão consolidada será publicada pelo Ministério e pela companhia

Da Redação
redacao.jornal@redebenews.com.br

O Ministério de Portos e Aeroportos aprovou as alterações no Plano de Desenvolvimento e Zoneamento (PDZ) do Porto Organizado de Natal propostas pela

Companhia Docas do Rio Grande do Norte (Codern). A decisão foi publicada nesta terça-feira (8) no Diário Oficial da União e incorpora oficialmente as modificações ao PDZ do porto, aprovado em 2021.

As alterações foram encaminhadas pela Codern ao Ministério por meio de ofício protocolado em 13 de agosto de 2026, acompanhado do respectivo anexo. A portaria que formaliza a

aprovação, no entanto, não detalha quais áreas, instalações ou estruturas do porto foram modificadas.

O PDZ é o instrumento de planejamento que estabelece diretrizes para a ocupação e o desenvolvimento da área portuária, incluindo a organização dos espaços e das atividades realizadas no porto. A versão de referência é o PDZ do Porto Organizado de Natal – 2021, aprovado pelo então Minis-

tério da Infraestrutura em julho daquele ano.

Com a aprovação, as alterações apresentadas pela Codern passam a fazer parte oficialmente do planejamento do Porto de Natal. O Ministério determinou ainda que o PDZ consolidado, já com as modificações incorporadas, seja disponibilizado em seus sites e no portal da Codern.

A publicação permitirá reunir em um único docu-

mento o conteúdo atualizado do plano, facilitando a consulta às diretrizes de desenvolvimento e zoneamento do porto.

As mudanças aprovadas são as mesmas apresentadas pela Codern no processo encaminhado ao Ministério em agosto. O detalhamento das alterações deverá constar no documento consolidado a ser disponibilizado pelas instituições.

TRANSPORTES | Rodovias

ANTT aprova edital da Rota Agro Central com R\$ 6,13 bi em investimentos

Concessão de 887,6 quilômetros entre Mato Grosso e Rondônia terá prazo de 30 anos; leilão está marcado para 17 de dezembro na B3

Da Redação
redacao.jornal@redebenews.com.br

A Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) aprovou na quinta-feira (3) o edital de concessão da Rota Agro Central, formada por trechos das rodovias BR-070/MT, BR-174/MT e BR-364/MT/RO. O projeto abrange 887,6 quilômetros entre Cuiabá (MT) e Vilhena (RO) e prevê R\$ 6,13 bilhões em investimentos ao longo de 30 anos.

O leilão está marcado para 17 de dezembro, às 10h, na B3, em São Paulo. O lote, identificado como CN3, integra a 5ª Etapa do Programa de Concessões de Rodovias Federais e atende um dos principais corredores utilizados para o transporte de cargas entre Mato Grosso e Rondônia.

Os investimentos previstos incluem obras de ampliação de capacidade,

modernização da infraestrutura e intervenções em travessias urbanas. Ao todo, o projeto contempla 41,8 quilômetros nesses segmentos, dos quais 9,1 quilômetros estão localizados em Vilhena.

O contrato também prevê serviços permanentes de atendimento aos usuários, incluindo socorro médico e mecânico, inspeção de tráfego e combate a incêndios, com funcionamento durante 24 horas por dia.

Além dos R\$ 6,13 bilhões destinados a obras e ampliação de capacidade, classificados como despesas de capital (Capex), a modelagem estima outros R\$ 4,30 bilhões em custos de operação e manutenção ao longo do período contratual. A receita tarifária projetada para os 30 anos é de R\$ 23,40 bilhões.

Entre os mecanismos previstos está o Desconto de Usuário Frequente (DUF), destinado a motoristas que realizam viagens recorrentes no trecho. O contrato também estabele-

AO TODO,
O PROJETO
CONTEMPLA 41,8
QUILÔMETROS
NESSES SEGMENTOS,
DOS QUAIS 9,1
QUILÔMETROS
ESTÃO LOCALIZADOS
EM VILHENA (RO)

cece diretrizes para a adoção futura do sistema de pedágio eletrônico de livre passagem, conhecido como free flow, que permite a cobrança por meio de pór-ticos, sem necessidade de praças físicas.

A implantação do modelo, no entanto, dependerá das condições previstas na regulamentação e no contrato. A concessão também contará com garantias financeiras associadas ao cumprimento do Programa de Exploração da Rodovia (PER).

Pelas regras aprova-

das pela ANTT, atrasos em obras provocados por ineficiência da concessionária não poderão resultar automaticamente em aumento de tarifa para compensar os custos. O contrato prevê ainda a possibilidade de execução de garantias financeiras quando houver descumprimento de obrigações estabelecidas no PER.

Corredor de cargas

As rodovias incluídas no lote formam um corredor relevante para o escoamento da produção agropecuária e para a circulação de mercadorias entre os dois estados. A BR-364 é uma das principais ligações terrestres de Mato Grosso com Rondônia e também atende fluxos associados à produção agrícola do Centro-Oeste.

A modelagem da concessão considerou ainda possíveis mudanças na distribuição das cargas com a expansão da malha ferroviária da região. Segundo a ANTT, os estudos incorporaram cenários relacionados à Ferrovia de Integração

Centro-Oeste (Fico), à Ferrogrão, à Rumo Malha Norte e à Ferrovia Norte-Sul.

A consideração desses projetos busca avaliar os efeitos que novas alternativas ferroviárias poderão provocar sobre o volume de tráfego rodoviário e, consequentemente, sobre as receitas da futura concessão durante os 30 anos de contrato.

A Fico, por exemplo, está em implantação entre Mara Rosa (GO) e Água Boa (MT) e deverá conectar a produção de Mato Grosso à Ferrovia Norte-Sul. Outros projetos ferroviários previstos para a região também podem alterar, no longo prazo, a divisão de cargas entre rodovias e ferrovias.

Com a aprovação do edital, o processo entra na etapa de preparação para o leilão. A documentação da concessão, incluindo a minuta do contrato, o Programa de Exploração da Rodovia e os estudos técnicos e econômicos, será disponibilizada aos interessados antes da disputa na B3.

Divulgação



O lote integra a 5ª Etapa do Programa de Concessões de Rodovias Federais e atende um dos principais corredores para o transporte de cargas entre Mato Grosso e Rondônia

TRANSPORTES | Aeroportos

Congonhas poderá concluir voos após as 23h em contingências

Decisão da Anac busca reduzir impactos na malha aérea sem ampliar permanentemente o horário do aeroporto

Da Redação
redacao.jornal@redebenews.com.br

A Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) aprovou um pedido da Associação Brasileira das Empresas Aéreas (Abear) para ampliar o horário de operações do Aeroporto de Congonhas, na zona sul de São Paulo, em situações excepcionais que provoquem impactos na operação.

A medida, que permite a conclusão de voos após as 23h, não altera o horário oficial de funcionamento do aeroporto nem permite a programação regular de novos voos depois desse horário.

A decisão fixa uma interpretação da Resolução nº 55/2008, que estabelece os critérios de utilização de Congonhas e proíbe a operação de aeronaves civis após as 23h, com exceções de natureza humanitária, como transporte de enfermos ou feridos graves, órgãos para transplante e operações de busca e salvamento.

A mudança permite que voos já previstos sejam concluídos em casos de “contingência sistêmica”. Segundo o voto do relator, Cláudio Beschizza Ianelli, a medida busca dar uma resposta a eventos excepcionais que provoquem interrupções e tenham potencial para gerar impactos em cascata na malha aérea.

A proposta surgiu após um pedido da Associação Brasileira das Empresas Aéreas (Abear). A entidade afirmou que a medida



Até junho deste ano, houve duas ocasiões em que o horário de funcionamento de Congonhas foi ultrapassado. Em todo o ano de 2025, isso ocorreu em cinco dias

“é restrita a situações de emergência ou de força maior, como condições meteorológicas adversas, que determinem a interrupção da operação por motivos de segurança, o que tem efeitos em toda a malha aérea do País”, disse em nota.

“O objetivo é atualizar a norma para dar previsibilidade e agilidade às iniciativas adotadas pelas autoridades em coordenação com as empresas aéreas e a operadora aeroportuária para mitigar os impactos para os passageiros, sem qualquer prejuízo à segurança das operações em Congonhas”, concluiu.

No pedido, a Abear citou eventos meteorológicos e ocorrências excepcionais, como um vazamento de gás nas instalações da APP-SP, que levaram ao cancelamento de centenas de voos.

A decisão não permite, porém, que as companhias acrescentem novos voos à programação depois das 23h. A flexibilização ficará restrita à conclusão de operações que já estavam agendadas para a data em que ocorreu a situação excepcional.

A Superintendência de Serviços Aéreos (SSA) da Anac avaliou que a medida não representa uma amplia-

ção permanente da capacidade do aeroporto nem autoriza a alocação de novos slots ou a programação regular de voos fora do horário de funcionamento.

A Superintendência de Padrões Operacionais (SPO), por sua vez, informou que, em relação às regras operacionais, não há distinção entre operações realizadas antes ou depois das 23h.

Crítérios

A caracterização das situações excepcionais e a ativação das medidas deverão seguir critérios objetivos e



uma governança estabelecidos em uma Carta de Acordo Operacional (CAOP), que está sendo construída entre o Departamento de Controle do Espaço Aéreo (Decea), a concessionária Aena Brasil e as companhias Latam, Azul e Gol.

A agência apontou ainda que extrapolações do horário regulamentar já ocorrem de forma excepcional e são gerenciadas por procedimentos existentes. Até junho deste ano, houve duas ocasiões em que o horário de funcionamento de Congonhas foi ultrapassado. Em todo o ano de 2025, isso ocorreu em cinco dias.

Ruído no entorno

A possibilidade de operações depois das 23h ocorre em meio às constantes reclamações sobre o ruído provocado pelo aeroporto feitas por moradores da região.

Apesar do crescimento da frota de aeronaves mais silenciosas utilizada em Congonhas e da adoção de um novo procedimento de decolagem para reduzir o impacto sonoro, os níveis de ruído nos pontos de monitoramento do Jabaquara, Moema e Itaim Bibi estão em patamares semelhantes aos registrados há quatro anos, conforme dados da Aena.

O número de reclamações sobre barulho passou de 13 nos últimos cinco meses de 2021, quando o aeroporto ainda estava sob gestão da Infraero, para 160 entre janeiro e maio de 2026. Segundo a Aena, as três estações de monitoramento registraram níveis de ruído dentro do esperado pelo plano de zoneamento de ruído da região.

TRANSPORTES | Aviação

Latam amplia malha internacional com voo direto entre Guarulhos e Cusco

Nova ligação começa em março de 2027, terá quatro frequências semanais e elimina conexão em Lima para passageiros brasileiros

Divulgação

Da Redação
redacao.jornal@redebenews.com.br

A Latam vai ampliar sua malha internacional a partir do Brasil com uma nova ligação direta entre o Aeroporto Internacional de Guarulhos, em São Paulo, e Cusco, no Peru. A operação começa em 29 de março de 2027, com quatro frequências semanais, e permitirá aos passageiros brasileiros chegar a um dos principais destinos

turísticos da América do Sul sem a necessidade de conexão em Lima.

Com a nova rota, Cusco passará a integrar a rede de destinos internacionais atendidos diretamente a partir do Brasil. Segundo a companhia, serão 32 cidades no exterior conectadas ao país por voos próprios, ampliando o patamar alcançado em 2026.

A escolha de Cusco reforça a estratégia da empresa de avançar em mercados com forte demanda de lazer. Localizada no Vale Sagrado dos Incas e principal porta de entrada para Machu Pic-



chu, a cidade recebe fluxo expressivo de turistas estrangeiros e, até agora, exigia conexão na capital peruana para a maior parte dos passageiros que partiam do Brasil.

A operação será realizada pela divisão peruana da Latam, com aeronaves da família Airbus A320. Os voos de Guarulhos para Cusco ocorrerão às terças, quartas, sextas-feiras e domingos.

Os voos de Guarulhos para Cusco ocorrerão às terças, quartas, sextas-feiras e domingos. No sentido contrário, as frequências serão às segundas, terças, quintas-feiras e sábados

No sentido contrário, as frequências serão às segundas, terças, quintas-feiras e sábados.

As partidas de São Paulo estão previstas para 7h40, com chegada a Cusco às 10h45. Na volta, os voos deixarão a cidade peruana às 23h30 e pousarão em Guarulhos às 5h40 do dia seguinte, considerando os horários locais.

As passagens começam a ser comercializadas nesta quarta-feira (9).

PORTO ITAPOÁ EM XANGAI.

Quando um mercado responde por quase metade das importações, distância deixa de ser geografia e passa a ser **estratégia**.

No primeiro semestre de 2026, a China foi origem de **49,4%** das importações e destino de **17,9%** das exportações movimentadas pelo Porto Itapoá.

Com seu primeiro escritório internacional, o Terminal amplia a proximidade com clientes, parceiros e abre novas oportunidades entre Brasil e Ásia.

portoitapoa.com



**BUILDING
THE FUTURE.**

BRASIL EXPORT

Sul Export debate estratégia e cadeia de suprimentos do setor naval

Painel reunirá representantes da Petrobras, Technit e OAB/SC para discutir projetos offshore, conteúdo local e sustentabilidade na indústria

Os desafios para o desenvolvimento do setor naval e offshore no Brasil estarão entre os destaques do Sul Export, que será realizado nos dias 17 e 18 de setembro, em Foz do Iguaçu (PR). A programação do primeiro dia terá, às 16h30, um painel dedicado à estratégia, à cadeia de suprimentos e à sustentabilidade da indústria naval na região Sul.

O encontro terá a participação do gerente-geral de Estratégia de Contratação da Petrobras, Marcelo De Carvalho Bonniard; do

diretor de Negócios e Projetos Offshore da Technit, Thiago de Oliveira Castro; e do presidente da Comissão Estadual de Direito Marítimo e Portuário da OAB de Santa Catarina, James Winter. A moderação será da diretora de Inteligência de Mercado do Grupo Brasil Export, Núria Bianco.

Entre os temas previstos estão o desenvolvimento de projetos offshore e o planejamento estratégico para a indústria naval brasileira. O debate também deverá abordar os desafios para ampliar e estruturar a cadeia de fornecimento de insumos, equipamentos e serviços necessários aos empreendimentos do setor.

Outro eixo será o conteúdo local, especialmente diante da retomada de projetos ligados à indústria de óleo e gás e da necessidade

de conciliar a contratação de fornecedores nacionais com capacidade produtiva, competitividade e cumprimento dos cronogramas dos empreendimentos.

A sustentabilidade também fará parte da discussão, com foco nas exigências ambientais incorporadas aos novos projetos e nos impactos dessas mudanças sobre estaleiros, fornecedores e empresas que atuam na cadeia offshore.

Logística do Sul

O painel naval integra uma programação voltada aos principais desafios de infraestrutura e logística da região Sul. O fórum começa às 8h30 do dia 17, com credenciamento, seguido da solenidade de abertura às 9h.

Às 10h, o Momento PIANC discutirá diretrizes para a implantação de projetos de energia eólica offshore e sua relação com a NORMAM-303. A pauta inclui segurança da navegação, marcos regulatórios, adequação da infraestrutura aquaviária e logística de apoio à cadeia de suprimentos do setor.

Na sequência, às 11h15, o evento terá um painel sobre desenvolvimento e concessão de hidrovias e serviços portuários, com discussões sobre atração de capital privado, dragagem, manutenção de calados e resiliência climática.

À tarde, às 14h, representantes do setor produtivo discutirão custos logísticos, investimentos em portos e recintos alfandegados, financiamento

de projetos e formação de corredores multimodais. Às 15h, o foco será a multimodalidade e a conectividade, incluindo os gargalos da Tríplice Fronteira, os portos secos e a situação da Malha Sul.

Depois do painel naval, a programação terá, às 17h15, o InfraESG, dedicado a corredores logísticos sustentáveis, financiamento verde e critérios para atração de fundos internacionais para concessões rodoviárias. O primeiro dia ainda contará com o InfraJur, às 18h15, e uma palestra de encerramento às 19h.

No dia 18, o Sul Export terá uma agenda de visitas técnicas. A saída do transporte oficial está prevista para 9h15, com início das visitas às 10h e retorno às 16h30.

PROGRAMAÇÃO SUL EXPORT 2026

17 SETEMBRO | QUINTA-FEIRA

08h30 Credenciamento e boas-vindas

09h00 Solenidade de abertura com autoridades presentes: Fabricio Guimarães Julião, CEO do Grupo Brasil Export; Thairyne Oliveira, Secretária-Executiva do Ministério de Portos e Aeroportos - a confirmar; General Joaquim Silva e Luna, Prefeito de Foz do Iguaçu - a confirmar; Cristiano Della Giustina, Diretor de Planejamento da INFRA S/A; Fabio Silveira Machado, Presidente da Portos RS; Ana Paula Niedzieluk Lisboa, Procuradora Seccional da União no Estado do Paraná; Aline Maicrovicz, Secretária de Transporte e Mobilidade Urbana de Foz do Iguaçu; José Roberto Campos, Presidente do Conselho Nacional do Brasil Export; Jesualdo Silva, Presidente do Conselho do Sul Export; Gilmara Temóteo, Presidente do Conselho Feminino do Brasil Export; Demais autoridades a confirmar

10h00 Momento PIANC | Diretrizes da PIANC para eólicas offshore e sinergia com a NORMAM-303

10h00 Momento PIANC | Diretrizes da PIANC para eólicas offshore e sinergia com a NORMAM-303

10h00 Momento PIANC | Diretrizes da PIANC para eólicas offshore e sinergia com a NORMAM-303

10h00 Momento PIANC | Diretrizes da PIANC para eólicas offshore e sinergia com a NORMAM-303

10h00 Momento PIANC | Diretrizes da PIANC para eólicas offshore e sinergia com a NORMAM-303

10h00 Momento PIANC | Diretrizes da PIANC para eólicas offshore e sinergia com a NORMAM-303

10h00 Momento PIANC | Diretrizes da PIANC para eólicas offshore e sinergia com a NORMAM-303

10h00 Momento PIANC | Diretrizes da PIANC para eólicas offshore e sinergia com a NORMAM-303

10h00 Momento PIANC | Diretrizes da PIANC para eólicas offshore e sinergia com a NORMAM-303

10h00 Momento PIANC | Diretrizes da PIANC para eólicas offshore e sinergia com a NORMAM-303

10h00 Momento PIANC | Diretrizes da PIANC para eólicas offshore e sinergia com a NORMAM-303

10h00 Momento PIANC | Diretrizes da PIANC para eólicas offshore e sinergia com a NORMAM-303

10h00 Momento PIANC | Diretrizes da PIANC para eólicas offshore e sinergia com a NORMAM-303

10h00 Momento PIANC | Diretrizes da PIANC para eólicas offshore e sinergia com a NORMAM-303

10h00 Momento PIANC | Diretrizes da PIANC para eólicas offshore e sinergia com a NORMAM-303

10h00 Momento PIANC | Diretrizes da PIANC para eólicas offshore e sinergia com a NORMAM-303

10h00 Momento PIANC | Diretrizes da PIANC para eólicas offshore e sinergia com a NORMAM-303

10h00 Momento PIANC | Diretrizes da PIANC para eólicas offshore e sinergia com a NORMAM-303

10h00 Momento PIANC | Diretrizes da PIANC para eólicas offshore e sinergia com a NORMAM-303

10h00 Momento PIANC | Diretrizes da PIANC para eólicas offshore e sinergia com a NORMAM-303

10h00 Momento PIANC | Diretrizes da PIANC para eólicas offshore e sinergia com a NORMAM-303

10h00 Momento PIANC | Diretrizes da PIANC para eólicas offshore e sinergia com a NORMAM-303

10h00 Momento PIANC | Diretrizes da PIANC para eólicas offshore e sinergia com a NORMAM-303

10h00 Momento PIANC | Diretrizes da PIANC para eólicas offshore e sinergia com a NORMAM-303

10h00 Momento PIANC | Diretrizes da PIANC para eólicas offshore e sinergia com a NORMAM-303

10h00 Momento PIANC | Diretrizes da PIANC para eólicas offshore e sinergia com a NORMAM-303

Debatedores: Beto Martins, CEO da Transglobal Holding; Ricardo Arten, CEO do Porto Itapoá; Rodrigo Buffara Farah, CEO da Cotriguaçu Cooperativa Central; Thiago Meirelles, Sócio da AVREN; Demais participantes a confirmar

15h00 Painel | Multimodalidade e conectividade de transportes

Moderação: Bruno Merlin, Diretor de Comunicação do Grupo Brasil Export

Gargalos a serem superados e ações para aumentar a eficiência operacional na logística transfronteiriça, incluindo a Tríplice Fronteira e os portos secos da região | Otimização da concessão da Malha Sul, investimentos em capacidade operacional e eliminação de gargalos urbanos no escoamento até os portos do Sul do País | Multimodalidade e boas práticas para a articulação entre rodovias, ferrovias e recintos alfandegados

Debatedores: Celso Gallegario, Presidente do Sindicato das Empresas de Transportes de Cargas de Foz do Iguaçu (Sindifoz); Djalma Vilela, Presidente da Multilog; Lucas Ataliba, Diretor de Integração de Modais da Secretaria de Estado de Portos, Aeroportos e Ferrovias de Santa Catarina (SPAF); Marcelo Mossi Vendramini, Titular da Alfândega (RFB) em Foz do Iguaçu; Demais participantes a confirmar

16h00 Coffee break - Oferecimento: EBCO | SEABOX | TECHSCAN

16h30 Painel | Estratégia, cadeia de suprimentos e sustentabilidade no setor naval da região Sul

Moderação: Núria Bianco, Diretora de Inteligência de Mercado do Grupo Brasil Export

Desenvolvimento de projetos offshore e planejamento estratégico para o setor naval no Brasil | Desafios e oportunidades da cadeia de fornecimento de insumos e equipamentos para o setor naval | Conteúdo local e sustentabilidade na indústria de óleo e gás

Debatedores: Marcelo De Carvalho Bonniard, Gerente Geral de Estratégia de Contratação da Petrobras; Thiago de Oliveira Castro, Diretor de Negócios e Projetos Offshore da Technit; James Winter, Presidente da Comissão Estadual de Direito Marítimo e Portuário da OAB/SC

17h15 InfraESG | Corredores logísticos sustentáveis

"Financiamento verde" e atração de capital para investimentos em rodovias | Critérios da ANTT e do Ministério dos Transportes para classificar projetos como sustentáveis e atrair fundos internacionais | O papel do setor privado e o retorno de investimentos ESG em concessões rodoviárias

Debatedores: José Carlos Cassaniga, Diretor-Presidente da EPR; Cynthia Ruas, Superintendente de Sustentabilidade, Pessoas e Inovação da ANTT; Cloves Benevides, Subsecretário de Sustentabilidade do Ministério dos Transportes - a confirmar; Demais participantes a confirmar

18h15 InfraJur - Encontro de Direito de Infraestrutura de Transportes, Energia e Mineração

19h00 Palestra de encerramento

18 SETEMBRO | SEXTA-FEIRA

09h15 Saída do transporte oficial do Bourbon Thermas Eco Resort

10h00 Visitas

16h30 Retorno ao Bourbon Thermas Eco Resort

Primeiro leilão de transmissão de 2027 prevê aporte de R\$ 12,9 bi

O conjunto de 12 lotes contempla aproximadamente 3.245 km de novas linhas de transmissão e 1.386 megavolt-ampere de capacidade de transformação

Divulgação / Aneel

Estadão Conteúdo

A diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) aprovou nesta terça-feira, 8, a consulta pública sobre o edital do 1º leilão de transmissão de energia para o ano de 2027. As áreas técnicas estimam investimentos da ordem de R\$ 12,9 bilhões e a geração de 29.540 empregos ao longo da cadeia produtiva.

A proposta está estruturada em 12 lotes, incluindo sublotes independentes para os lotes 6 e 7. O conjunto contempla aproximadamente 3.245 km de novas linhas de transmissão e 1.386 megavolt-ampere (MVA) de capacidade de transformação.

O lote 5 prevê a im-



A proposta está estruturada em 12 lotes, incluindo sublotes independentes para os lotes 6 e 7

plantação do primeiro sistema de armazenamento de energia por baterias no sistema de transmis-

são. Essa contratação será destinada ao atendimento em Cruzeiro do Sul e Feijó, no Acre. Já o lote 11 pre-

vê as instalações associadas à interligação elétrica Brasil-Bolívia. A inclusão definitiva depende dos

“requisitos institucionais” relacionados ao acordo internacional, informou a Aneel.

As concessões terão, em regra, prazo de 30 anos. Para o lote 5, composto por baterias, o prazo proposto é de 18 anos. O período considera o ciclo de vida dos equipamentos e a evolução tecnológica associada a esse tipo de solução. Está em andamento a regulamentação do armazenamento de energia elétrica em sistemas de transmissão e distribuição.

Os valores das receitas anuais permitidas (RAPs) serão apresentados na etapa de aprovação da minuta do edital para encaminhamento ao Tribunal de Contas da União, após a análise das contribuições recebidas na consulta pública. O período de contribuição vai de 10 de setembro a 26 de outubro de 2026.

Aneel avaliza prorrogação de concessões

Segundo a agência, usinas hidrelétricas Itiquira e Guaporé cimpem todos os requisitos

Da Redação
redacao.jornal@redenenews.com.br

A diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica

(Aneel) decidiu nesta terça-feira, 8, que as Usinas Hidrelétricas (UHEs) Itiquira e Guaporé, ambas localizadas no estado do Mato Grosso, cumprem os requisitos previstos para eventual prorrogação do prazo da concessão por 30 anos.

O primeiro empreendimento é outorgado à Elera Renováveis, enquanto o segundo é outorgado à Mineração Santa Elina Indústria e Comércio e à Tangará Energia.

A Lei nº 12.783/2013 prevê que algumas con-

cessões de geração de energia hidrelétrica poderão ser prorrogadas uma única vez, se atendidas determinadas condições pelas concessionárias.

Entre os requisitos está a submissão aos padrões de qualidade do serviço

fixados pela Aneel. A Usina Hidrelétrica Itiquira fica no município de Itiquira, no Estado de Mato Grosso. Já a Usina Hidrelétrica Guaporé fica nos municípios de Pontes e Lacerda, também no Estado de Mato Grosso.

Agência aprova revisão regulatória

A Aneel aprovou a primeira revisão da agenda regulatória do biênio 2026-2027. Entre os esforços adicionais estão as atividades de regulamentação dos

custos de contratação entre os geradores e os sistemas de armazenamento na forma de baterias.

Outro exemplo é a regulação do Decreto

12.772/2025, que estabeleceu a Política Nacional de Acesso ao Sistema de Transmissão.

Também é classificada como “nova atividade” regulatória a regu-

lamentação do chamado “Suprimento de Última Instância” - nome dado ao agente responsável temporariamente por garantir o fornecimento de energia a consumi-

dores livres que eventualmente ficarão sem contrato. A discussão é necessária no processo de abertura do mercado de energia para consumidores residenciais.

ENERGIA | Opinião

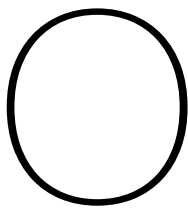


RODOLFO GONÇALVES

Engenheiro Naval e Oceânico, com doutorado na área. Especialista em Engenharia Offshore, Infraestrutura e Energia. CEO da JB Energy e pesquisador da Universidade de Tóquio, no Japão. Lidera o Aura Sul Wind, primeiro projeto-piloto de energia eólica offshore flutuante do Brasil.
opinioao@portalbenews.com.br

► INFRAESTRUTURA

Projetos-piloto: o primeiro passo para criar a indústria de offshore wind no Brasil



Brasil já sabe que tem vento. Sabe também que possui uma extensa costa, experiência de décadas em operações offshore, uma indústria naval relevante e portos que podem assumir papel estratégico na transição energética. O desafio agora é outro: transformar esse potencial em uma indústria de eólica offshore efetivamente brasileira.

E essa indústria dificilmente começará com um parque de 1 GW.

Antes da escala comercial, precisamos aprender a construir, instalar, operar e manter a primeira turbina em águas brasileiras. É justamente aí que os projetos-piloto ganham importância.

Um projeto-piloto de eólica offshore não deve ser entendido simplesmente como um parque comercial menor. Seu principal produto não é a eletricidade. É o conhecimento.

Ao colocar uma turbina no mar, uma cadeia inteira precisa funcionar pela primeira vez. Estudos ambientais precisam sair do papel e ser confrontados com dados reais. Estruturas precisam ser fabricadas. Componentes transportados. Áreas portuárias preparadas. Operações de montagem e integração executadas. Embarcações mobilizadas. Sistemas elétricos conectados. Procedimentos de segurança, inspeção e manutenção testados.

É nesse processo que descobrimos quais capacidades já existem no país e, principalmente, quais ainda precisam ser desenvolvidas. Por isso, sua importância não deve ser medida apenas pela quantidade de energia produzida.

Do potencial à capacidade industrial

O debate brasileiro sobre eólica offshore avançou rapidamente nos últimos anos. Falamos em dezenas de gigawatts de projetos, grandes investimentos e uma nova fronteira para a geração de energia.

Mas existe uma enorme distância entre identificar potencial e possuir capacidade para executá-lo.

Um parque comercial exige uma cadeia industrial preparada para produzir repetidamente fundações, estruturas, cabos e componentes; portos capazes de receber, armazenar e integrar equipamentos de grande porte; embarcações e operações marítimas especializadas; profissionais qualificados; fornecedores certificados; além de processos ambientais e regulatórios capazes de acompanhar essa nova atividade.

Nenhuma dessas capacidades surge automaticamente com a publicação de uma regulamentação ou com a realização de um leilão.

Elas são construídas fazendo.

Por isso, os projetos-piloto podem funcionar como uma ponte entre a regulamentação e a escala comercial.

O piloto como infraestrutura de aprendizado

Talvez a melhor maneira de compreender seu papel seja pensar no piloto como uma infraestrutura nacional de aprendizado.

Cada etapa produz informações que reduzem o risco do projeto seguinte.

Quanto tempo realmente leva determinada operação portuária? Qual infraestrutura precisa ser adaptada? Que componentes podem ser fabricados localmente? Quais tolerâncias de fabricação são críticas? Que embarcações existentes podem ser utilizadas?

Quais operações exigirão novos ativos? Como as condições meteorológicas brasileiras afetam instalação e manutenção?

O mesmo vale para o meio ambiente.

Projetos reais permitem transformar modelos e hipóteses em dados de campo sobre aves, mamíferos marinhos, pesca, ruído submarino, condições oceanográficas e interação com outras atividades econômicas.

E há ainda um componente frequentemente subestimado: pessoas.

Engenheiros, técnicos, trabalhadores portuários, tripulações, universidades, órgãos

ambientais, classificadoras e fornecedores precisam aprender a trabalhar juntos em uma indústria que ainda está começando no País.

Esse conhecimento permanece mesmo depois que o projeto termina.

Aprender antes de multiplicar

A experiência internacional mostra o valor desse processo.

O Japão é um exemplo particularmente interessante. Diferentes projetos demonstrativos permitiram testar tecnologias, modelos de instalação, fundações fixas e flutuantes, operações portuárias e diferentes condições ambientais. Nem todas as soluções testadas seguiram para a escala comercial — e isso também é aprendizado.

Projetos-piloto existem justamente para descobrir, em escala controlada, o que funciona, o que precisa ser modificado e o que não deve ser repetido quando os investimentos passarem de dezenas de milhões para bilhões.

O Brasil começa agora a construir sua própria trajetória.

Iniciativas de demonstração em diferentes regiões do país, utilizando conceitos tecnológicos distintos, podem criar algo ainda mais valioso se forem vistas como parte de um processo coletivo de aprendizado.

Em vez de perguntar apenas quantos megawatts cada piloto irá produzir, deveríamos perguntar: quanto conhecimento cada projeto deixará para a indústria brasileira?

Dados precisam virar legado

Isso exige uma decisão importante.

Sempre que possível, projetos demonstrativos devem produzir conhecimento que possa ultrapassar os limites do próprio empreendimento.

Dados ambientais, meteorológicos, operacionais e tecnológicos podem apoiar universidades, centros de pesquisa, órgãos públicos e futuras iniciativas. Procedimentos desenvolvidos durante licenciamento, fabricação, instalação e operação podem ajudar a reduzir incertezas nos projetos seguintes.

Naturalmente, informações comerciais e propriedade intelectual precisam ser protegidas. Mas existe uma grande diferença entre proteger tecnologia proprietária e transformar todo aprendizado de um projeto-piloto em informação privada.

Quando há recursos públicos, apoio institucional ou participação acadêmica, essa discussão se torna ainda mais relevante.

Um bom projeto demonstrativo não deveria deixar apenas uma turbina no mar. Deveria deixar uma cadeia mais preparada para instalar a próxima.

A primeira turbina

O Brasil possui uma oportunidade rara.

Podemos esperar que grandes projetos comerciais criem a cadeia de que precisarão — assumindo os custos e riscos de aprender durante a própria execução — ou podemos construir gradualmente essa capacidade antes da escala de gigawatts.

Projetos-piloto permitem qualificar fornecedores, preparar portos, desenvolver profissionais, testar tecnologias, produzir dados ambientais e aproximar indústria, academia e governo.

Por isso, sua importância não deve ser medida apenas pela quantidade de energia produzida.

A primeira turbina offshore brasileira pode gerar poucos megawatts quando comparada aos grandes parques que imaginamos para o futuro.

Mas os megawatts talvez sejam justamente a parte menos importante do que ela produzirá.

O primeiro gigawatt brasileiro de eólica offshore não começará com mil megawatts. Começará com a primeira turbina que nos ensinar a construir as próximas.

BNDES aprova R\$ 77,5 milhões para projeto de terras raras

Recursos serão usados em centro de pesquisa da Viridis, primeira etapa do Projeto Colossus, voltado ao desenvolvimento de técnicas para processamento de argilas iônicas

JÚNIOR BATISTA
junior.batista@redebenews.com.br

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) aprovou R\$ 77,5 milhões em financiamento para a Viridis Mineração implantar um Centro de Pesquisa e Processamento de Terras Raras (CPTR) em Poços de Caldas (MG). Os recursos, contratados por meio do BNDES Mais Inovação, serão destinados à produção, em escala piloto, de Carbonato Misto de Terras Raras e ao desenvolvimento de técnicas metalúrgicas para o processamento de argilas iônicas encontradas na região.

O CPTR será a primeira etapa do Projeto Colossus, empreendimento da Viridis voltado à pesquisa, desenvolvimento e validação da rota tecnológica para produção de terras raras a partir de depósitos

de argilas iônicas. A planta-piloto deverá simular as condições previstas para a futura unidade industrial do projeto.

A implantação da planta industrial do Colossus está prevista para começar no primeiro trimestre de 2027, com entrada em operação estimada para o fim de 2028.

Para o presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, o financiamento contribui para ampliar a produção nacional de minerais

considerados estratégicos para a transição energética.

“É um investimento voltado para o fomento da produção nacional de terras raras, que contribui para posicionar o Brasil como fornecedor estratégico global de minerais críticos para a transição energética”, afirmou.

Segundo Mercadante, o projeto também deverá contribuir para o desenvolvimento do ecossistema de inovação de Poços

de Caldas e para a cadeia nacional de fornecedores, com geração de empregos qualificados.

Longo prazo

Segundo o diretor-geral da Viridis, Rafael Moreno, o financiamento do BNDES terá prazo de 16 anos e custo indicativo atual de aproximadamente 4,8%.

“Uma linha de financiamento com prazo de 16 anos e custo indicativo atual de aproximadamen-

te 4,8% representa uma condição de captação extremamente atrativa e demonstra o apoio disponível no Brasil para projetos estratégicos como o Colossus”, afirmou.

A empresa informou que já captou US\$ 154 milhões em recursos de capital próprio e que o financiamento aprovado pelo BNDES reforça sua estrutura financeira enquanto busca os recursos restantes necessários para a implantação do projeto.

Divulgação



Para o presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, o financiamento contribui para ampliar a produção nacional de minerais considerados estratégicos para a transição energética

Ouro recua com alta dos juros dos Treasuries

Metal fecha em queda de 0,84% com mercado dividido sobre nova elevação de juros pelo Fed

Estadão Conteúdo

O contrato mais líquido do ouro fechou em baixa nesta terça-feira, 8, com o metal pressionado pelo avanço dos juros dos Treasuries. Os rendimentos operam com impulso desde o payroll da última sexta-feira, com os dados mais fortes que o esperado sugerindo espaço

para elevações de juros pelo Federal Reserve (Fed, o banco central norte-americano) nas próximas reuniões.

O avanço nos preços do petróleo na sessão, que acompanha os desdobramentos dos conflitos no Oriente Médio, também reforça este cenário.

Na Comex, divisão de metais da bolsa de Nova York (Nymex), o ouro para dezembro encerrou em queda de 0,84%, a US\$ 4.439,0 por onça-troy.

A prata para dezembro avançou 0,39%, a US\$ 67,00 por onça-troy.

A pressão sobre o petróleo ganhou força depois de autoridades sauditas informarem que ataques dos Houthis atingiram instalações de energia e provocaram incêndios e paralisações de operações em diferentes cidades. A refinaria de Jazan, da Aramco, esteve entre os alvos. O Brent chegou a se aproximar de US\$ 100 antes de moderar

a alta. Para o Goldman Sachs, o mercado está incorporando uma duração maior da guerra.

“Os dados de inflação dos EUA previstos para esta semana são vistos como o fator decisivo para a próxima decisão do Fed sobre as taxas de juros. O presidente do Fed, Christopher Waller, também confirmou isso, em certa medida, recentemente”, avalia o Commerzbank.

Diante disso, o mercado encontra-se bastante divi-

dido em relação à reunião de setembro do Fed, precisando uma probabilidade de cerca de 60% de um aumento nas taxas de juros.

“Assim, há ainda uma margem considerável para uma correção nas expectativas de juros, caso os dados de inflação apresentem uma surpresa significativa, seja para cima ou para baixo. Portanto, espera-se uma semana potencialmente volátil para o preço do ouro”, conclui o banco.

PAPO DE COMPLIANCE



SELMA CULTURATI VASQUEZ

Economista, mestre em Administração e Pesquisa em Estratégia e Inovação, com experiência nas áreas corporativa e acadêmica voltadas a Finanças e Negócios
opinio@portalbenews.com.br

► ORGANIZAÇÃO

A rastreabilidade da cadeia de suprimentos como fator de risco corporativo

A evolução do cenário regulatório internacional e a consolidação dos critérios ESG, representados pelos pilares Ambientais, Sociais e de Governança, deslocaram o eixo de análise da cadeia de suprimentos de uma companhia - de inicialmente se cobrar que as empresas que integram essa cadeia seguissem as regras que estavam no código de conduta interno de uma organização, à exigência de condutas ética, ambiental e trabalhista da **cadeia de fornecedores e de parceiros indiretos**, pois essas condutas passaram a integrar diretamente o perfil de risco da empresa contratante.

Diante da evolução dos negócios, a rastreabilidade da cadeia de suprimentos é muito mais que um diferencial mercadológico, tornando-se um elemento central de governança e de sustentabilidade financeira.

Em termos internacionais, a aprovação da **Diretiva de Devida Diligência em Sustentabilidade Corporativa (CSDDD)** pela União Europeia (Diretiva UE 2024/1760) se estende além das empresas que operam globalmente, pois estabeleceu um marco ao exigir que grandes empresas identifiquem, previnam e compensem os possíveis impactos negativos em direitos humanos e meio ambiente ao longo de todas suas cadeias de suprimentos globais.

Essa preocupação está em consonância com as diretrizes globais da OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico), quando orientam a adoção de mecanismos contínuos de auditoria sobre a origem dos insumos e seu processo produtivo, abrangendo desde a cadeia de suprimentos da matéria-prima até a mão de obra, levando em conta as condições de trabalho e o processo de operação como um todo.

Voltando nosso olhar para o Brasil, associamos os relatórios financeiros produzidos de acordo com os padrões internacionais de divulgação financeira de cada período, à sustentabilidade. Esses padrões são representados pelas normas **IFRS S1** (ações relacionadas à sustentabilidade) e **IFRS S2** (ações relacionadas ao clima), editadas pelo International Sustainability Standards Board (ISSB).

Por isso, é preciso tratar com especial atenção as vulnerabilidades do processo produtivo e os seus impactos em relação à sustentabilidade e ao clima, uma vez que a falta de controle sobre a cadeia de valor pode se manifestar em diferentes frentes:

A primeira delas é o risco trabalhista, que analisa as condições de trabalho que não respeitam sua mão de obra e que podem trazer não apenas processos trabalhistas, mas, também, processos civis.

Mas o que vai além desse contexto é a certeza de que, cada vez mais, há uma expectativa do mercado em relação ao respeito que deve estar necessariamente impresso nas relações de trabalho, a moralidade da ação e a garantia de que o produto e os resultados que a organização entrega à sociedade são baseados numa relação justa de trabalho.

O risco ambiental segue o critério de justiça ambiental, que também permeia o processo de aquisição de matérias-primas e demais insumos, que necessariamente devem respeitar a origem, recusando o que for proveniente

de áreas desmatadas ilegalmente ou que contenham a utilização de insumos sem o devido licenciamento ambiental.

Empresas que desrespeitam esses critérios se sujeitam a sanções administrativas, multas e restrições de crédito. A esse aspecto, pode ser acrescentada a adoção do adequado tratamento dado aos resíduos e rejeitos, bem como seu encaminhamento a reciclagem ou descarte, quando assim couber em sua essência.

O risco de integridade e/ou fraude acontece quando há a ocorrência de fraudes, omissões/desvios de informações e ofertas ou recebimentos de subornos nas questões de logística, despachos e situações fiscais e contábeis. Estas situações são impensáveis para uma empresa que trabalha dentro de uma cultura de seriedade e que não se dobra a determinadas aparentes facilidades momentâneas, que podem levar o negócio a sofrer pesadas multas e processos, chegando até a impedimentos em prosseguir com suas atividades.

Risco reputacional ocorre quando os negócios fogem dos padrões lícitos ou legais, situação que, quando percebida e revelada, pode impactar a marca, os clientes, o crédito e demais fornecedores, levando eventualmente a empresa a ter sua continuidade abalada, em função de uma quebra de conformidade em seus processos.

Para salvaguardar a integridade da empresa, o compliance entra fortemente com a análise de uma matriz de riscos onde cada um desses aspectos é abordado e analisado, garantindo que a governança da cadeia de suprimentos permita à organização uma conduta livre de riscos e moralmente justa.

Uma auditoria que garantirá uma identificação formal de mudança cultural não se limitará a receber, passivamente, o aceite do código de conduta por parte dos fornecedores. Muitas vezes, será necessário seguir com uma verificação, assegurando que a empresa possa realmente atestar que todos - absolutamente todos - seus insumos sejam oriundos de um processo produtivo íntegro.

Para trazer os fornecedores e adequá-los ao programa de conformidade, é importante que sejam programados não apenas treinamentos específicos, mas também, minimamente, que se desenvolva um relacionamento mais próximo com os mesmos, sem, contudo, abandonar as boas práticas de compras, como os princípios de cotação de aquisições a cada novo pedido, aprovações e demais registros pertinentes ao processo e as boas práticas do modo produtivo dos fornecedores, garantindo a adequação do fornecimento dos insumos às exigências do mercado em que a empresa contratante atende.

Conclusão

Rastrear a cadeia de produção torna-se mais um passo que a organização assume frente ao desenvolvimento e ao amadurecimento da sua governança. E, além deste avanço, terá garantias de atender os mercados mais regulados tanto nacional quanto internacionalmente, pois são estas empresas que construirão cadeias de valor resilientes e preparadas para mitigar riscos operacionais imprevistos.

A coluna *Papo de Compliance*, da economista Selma Culturati Vasquez, é publicada semanalmente no BE News, nas edições de quarta-feira. Contato pelo e-mail: compliance@grupobrasilexport.com.br.

Mercado financeiro reduz previsão da inflação para 5% este ano

A previsão do Boletim Focus está acima do teto da meta (4,5%) perseguida pelo Banco Central. A inflação oficial de agosto será divulgada na próxima sexta-feira pelo IBGE

Reprodução / Redes Sociais

Agência Brasil

A previsão do mercado financeiro para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), referência oficial da inflação no país, passou de 5,01% para 5% este ano. A estimativa está no Boletim Focus desta terça-feira (8), pesquisa divulgada semanalmente pelo Banco Central (BC) com a expectativa de instituições financeiras para os principais indicadores econômicos.

A previsão está acima do intervalo da meta que deve ser perseguida pelo BC. Estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), a meta é 3%, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual. Ou seja, o limite inferior é 1,5% e o superior, 4,5%.

No mês de julho, os alimentos ficaram mais baratos e contribuíram para que a inflação oficial perdesse força pelo quarto mês seguido e fechar em 0,07%, de acordo com o Instituto



Para 2027, a projeção da inflação variou de 4,28% para 4,29%. Para 2028 e 2029, as estimativas são de 3,8% e 3,5%, respectivamente.

Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O resultado fez o IPCA acumular 4,44% em 12 meses, trazendo o indicador de volta para a meta do governo.

A inflação de agosto será divulgada na próxima sexta-feira (11) pelo IBGE.

Para 2027, a projeção da inflação variou de 4,28% para 4,29%. Para 2028 e 2029, as estimativas são de 3,8% e 3,5%, respectivamente.

Para alcançar a meta de inflação, o Banco Central usa como principal instrumento a taxa básica de ju-

ros, a Selic, definida atualmente em 14% ao ano pelo Comitê de Política Monetária (Copom) do BC. Na última reunião, em agosto, o colegiado reduziu a Selic em 0,25 ponto percentual, pela quarta vez seguida.

De junho de 2025 a março deste ano, a Selic ficou em 15% ao ano, o maior nível em quase 20 anos. O Copom voltou a cortar os juros na reunião de março, num cenário de queda da inflação. No entanto, a guerra no Oriente Médio, que se refletiu no aumento dos

preços de combustíveis e de alimentos, dificulta a queda da taxa.

O próximo encontro do Copom para definir a Selic será nos dias 15 e 16 de setembro.

Nesta edição do Focus, a estimativa dos analistas de mercado é que a taxa básica chegue a 13,75% ao ano até o fim de 2026. Para 2027 e 2028, a previsão é que a Selic seja reduzida para 12% ao ano e 10,5% ao ano, respectivamente. Em 2029, a taxa deve ficar em 10% ao ano.

PIB

Nesta edição do boletim do Banco Central, a estimativa das instituições financeiras para o crescimento da economia brasileira este ano saiu de 1,92% para 1,93%. Para 2027, a projeção para o Produto Interno Bruto (PIB, a soma dos bens e serviços produzidos no país) permanece em 1,5%. Para 2028 e 2029, o mercado financeiro estima expansão do PIB em 1,96% e 2%, respectivamente.

No segundo trimestre de 2026, a economia do país cresceu 0,5% na comparação com o primeiro trimestre. No acumulado de 12 meses, houve expansão de 1,9%, de acordo com o IBGE.

Em 2025, a economia brasileira cresceu 2,3%, com expansão em todos os setores e destaque para a agropecuária. O resultado representa o quinto ano seguido de crescimento.

No Focus desta semana, a previsão da cotação do dólar está em R\$ 5,20 para o final deste ano. No fim de 2027, estima-se que a moeda norte-americana fique em R\$ 5,30.

Dólar atinge o menor valor em um mês

Moeda norte-americana fechou a terça-feira cotada a R\$ 5,08. Ibovespa avança 1,2%

Agência Brasil

Num pregão marcado pelo movimento dos ativos domésticos e pela alta do petróleo, por causa das tensões no Oriente Médio, o dólar teve forte queda e

fechou no menor valor em um mês. A bolsa de valores atingiu o maior nível desde maio.

A moeda americana terminou o pregão cotada a R\$ 5,089, com recuo de 0,79%. Foi a menor cotação de fechamento desde 7 de agosto, quando a moeda havia encerrado a sessão a R\$ 5,084.

Durante o dia, a moeda americana oscilou entre R\$5,1289, na máxima,

e R\$5,0713, na mínima. A queda ocorreu em meio à movimentação dos mercados locais e ao ambiente externo para moedas de países emergentes.

Com o resultado desta terça-feira, o dólar passou a acumular queda de 7,28% em 2026. Nos cinco primeiros pregões de setembro, a divisa recua 1,82%, depois de subir 2,16% em agosto.

Já o Ibovespa subiu 1,20%, aos 187.366,84

pontos, e encerrou o pregão no maior nível desde 4 de maio. O índice chegou a atingir 189.487,70 pontos durante a sessão e registrou mínima de 185.207,66 pontos. O volume financeiro movimentado na B3 foi R\$ 29,76 bilhões.

Entre as ações de maior peso no índice, os papéis da Petrobras, os mais negociados no Ibovespa, acompanharam a valorização do petróleo no exterior. As

ações preferenciais (com preferência na distribuição de dividendos) subiram 2,08%. Os papéis ordinários (com votação em assembleia de acionistas) valorizaram-se 2,36%.

Dados da B3 indicam que o fluxo estrangeiro para a bolsa brasileira permaneceu positivo em setembro. Nos três primeiros pregões do mês, a entrada líquida de capital externo somava R\$ 3,9 bilhões.

MUNDO CORPORATIVO | Opinião

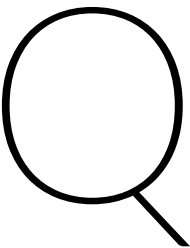


PATRÍCIA LIA BRENTANO
Executiva de Portos, Logística e Transporte Marítimo

opinioao@portalbenews.com.br

► LOGÍSTICA

O líder narcisista



quem viveu os anos 2000 provavelmente se lembra dos pequenos bichos de pelúcia com olhos grandes e brilhantes que, no Brasil, ficaram conhecidos como “olhudos”. Os Beanie Babies, criados pela Ty Inc., tornaram-se uma febre mundial e fizeram de seu fundador, Ty Warner, um dos empresários mais ricos de sua geração. Assisti recentemente ao filme The Beanie Bubble, da Apple TV+, e o que ficou comigo, porém, não foi a história das pelúcias que chegaram a provocar filas e alimentaram um mercado de colecionadores. Foi uma pergunta muito mais incômoda: quem realmente constrói o sucesso de uma empresa?

Warner teve a ideia original dos pequenos animais de pelúcia e foi o responsável por criar a Ty Inc. Mas transformar uma boa ideia em um fenômeno global é outra história. E é justamente aí que entram três mulheres que tiveram participação importante nessa trajetória: Patricia Roche, Faith McGowan e Lina Trivedi. Mulheres que contribuíram para produtos, estratégias, mercados e canais de venda e que, ainda assim, acabaram ocupando um espaço muito menor na história que ficou conhecida pelo nome de seu fundador.

O que mais chama atenção, entretanto, é a maneira como essas contribuições aparecem na narrativa. Algumas ideias encontraram resistência quando foram apresentadas e, posteriormente, voltaram para o negócio incorporadas à estratégia da empresa. A questão não é apenas quem teve a ideia primeiro. É quem teve a segurança de reconhecer seu valor, quem teve a liberdade de desenvolvê-la e, principalmente, quem recebeu o crédito quando ela deu certo.

É nesse ponto que The Beanie Bubble deixa de ser apenas uma história sobre brinquedos e passa a falar sobre um comportamento que conhecemos muito bem nas empresas: o líder que precisa ser visto como a origem de tudo.

É o que eu chamaria de liderança narcisista, não como diagnóstico psicológico, mas como comportamento organizacional. É o líder que precisa ocupar o centro da narrativa, que acumula o crédito pelos resultados e que tem dificuldade de admitir que alguém da equipe enxergou antes dele, pensou melhor ou simplesmente teve uma ideia que não lhe ocorreu. Ele pode ser brilhante, ambicioso, corajoso e extremamente competente. O problema começa quando essas qualidades deixam de estar a serviço do negócio e passam a estar a serviço da própria imagem.

Esse tipo de liderança é particularmente nocivo porque, de fora,

muitas vezes parece funcionar. O líder forte toma decisões rápidas, tem convicções, assume riscos e transmite segurança. Os resultados podem até justificar sua fama. O que nem sempre aparece no balanço é o custo desse comportamento sobre as pessoas que trabalham ao seu redor. Quando uma equipe percebe que suas ideias serão absorvidas, mas dificilmente reconhecidas, ela aprende a se proteger. Para de discordar, de propor e de se expor. E uma organização que perde a coragem de pensar perde, pouco a pouco, sua capacidade de inovar.

Talvez seja justamente por isso que a história dos Beanie Babies seja tão atual. Porque a discussão não é sobre brinquedos dos anos 1990. É sobre uma cultura empresarial que ainda confunde liderança com protagonismo e autoria com poder.

Na logística portuária, essa reflexão é especialmente pertinente. Nenhuma operação relevante nasce da cabeça de uma única pessoa. Um novo terminal, um corredor logístico, uma expansão, uma negociação comercial ou uma mudança operacional dependem da combinação de conhecimentos muito diferentes. Engenharia, tecnologia, operações, planejamento, comércio exterior, regulação, finanças, jurídico, relações institucionais e, sobretudo, pessoas que sabem conectar essas diferentes partes de uma mesma cadeia.

Mesmo assim, ainda é comum que o resultado coletivo seja apresentado pela imagem de um único líder. É ele quem aparece, quem fala, quem anuncia, quem recebe os aplausos. Aos demais cabe, muitas vezes, a execução silenciosa daquilo que foi construído em conjunto.

Não precisamos de líderes menos ambiciosos ou menos visionários. Precisamos de líderes seguros o suficiente para não se sentirem diminuídos quando uma boa ideia não é deles. Líderes capazes de dizer “foi ela quem percebeu”, “foi ele quem encontrou a solução”, “essa ideia veio da equipe”. Parece simples, mas talvez seja uma das demonstrações mais difíceis de maturidade no poder.

Porque, no fim, liderar não é ter todas as respostas. É saber reconhecer onde estão as melhores respostas e dar espaço para que elas apareçam.

Talvez seja por isso que o líder narcisista seja tão difícil de identificar. Ele não necessariamente grita, humilha ou centraliza todas as decisões. Às vezes, ele simplesmente conta a história de uma maneira em que, no final, todas as boas ideias parecem ter começado com ele.

Patrícia Lia Brentano escreve quinzenalmente para o BE News

NÃO PRECISAMOS DE LÍDERES MENOS AMBICIOSOS
OU MENOS VISIONÁRIOS. PRECISAMOS DE LÍDERES
SEGUROS O SUFICIENTE PARA NÃO SE SENTIREM
DIMINUÍDOS QUANDO UMA BOA IDEIA NÃO É DELES

Mendonça afasta diretor da PF e especialistas questionam decisão

Ministro do STF determina afastamento de Andrei Rodrigues em meio à crise no STF com Alexandre de Moraes. Especialistas dizem que Mendonça “atropelou” o processo legal

Antonio Augusto / STF

Estadão Conteúdo



A decisão de André Mendonça é questionada por ter sido provocada por um partido político (o Novo) e sem a prévia oitiva da Procuradoria-Geral da República

O ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal (STF), decidiu afastar o diretor-geral da Polícia Federal (PF). A medida é inédita não apenas por nunca antes um ministro ter determinado o afastamento da cúpula da Polícia Federal, mas também por ir na contramão da consolidação do sistema processual acusatório no Brasil, segundo especialistas ouvidos pelo Estadão.

No caminho tradicional, o Ministério Público acusa, pede as sanções e o juiz julga. Ao tomar a atitude de ofício, por iniciativa própria, Mendonça atropela a divisão de papéis exigida pelo devido processo legal, aponta Marcelo Peruchin, advogado e pós-doutor em Democracia e Direitos Humanos.

Sem um parecer da Procuradoria-Geral da República (PGR), o ministro determina uma sanção administrativa, de competência do Executivo, e fundamenta o afastamento de um ocupante de cargo público com base em um “risco presumido” de um “nada jurídico”, como o próprio ministro classificou os relatórios produzidos pela Polícia Federal.

“O que chama a atenção é que é a primeira vez que, numa decisão monocrática de um ministro, ocorre o afastamento da cúpula da Polícia Federal no Brasil. Um segundo aspecto é o fato dela ter sido monocrática, provocada por um partido político e sem a prévia oitiva

do PGR”, pontua Peruchin.

Para afastar o ocupante de um cargo público no âmbito criminal, a regra consolidada pelo STF exige um pedido da Polícia Federal ou uma solicitação do Ministério Público, no caso, a PGR.

O professor de Direito Administrativo Lucas Paulino, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), destaca que tomar a decisão com base em uma petição de um partido político, no caso, o Partido Novo, “é bastante problemático do ponto de vista procedimental”.

O afastamento de Andrei Passos e Leandro Almeida entrou em vigor a partir da publicação da determinação. A Segunda Turma formou maioria confirmando a decisão com os votos dos ministros Luiz Fux e Kassio Nunes, mas a decisão ainda não foi referendada porque houve o pedido de vista do ministro Gilmar Mendes.

Com a análise suspensa, o afastamento de Andrei Rodrigues e Leandro Almeida continua valendo até que o colegiado conclua o julgamento.

Suspensão do afastamento

Diante do cenário, os especialistas afirmam que a única possibilidade de suspender o afastamento seria uma nova decisão, por exemplo, por ato de sobrestamento da presidência da Corte - ou seja, o ministro Edson Fachin, uma vez presidente do STF, poderia anular a decisão de Mendonça. E caberá a ele o papel de distensionar o tribunal.

“O presidente precisa organizar o tribunal e levar ao plenário para que haja uma decisão coletiva”, diz Marcelo Peruchin.

Como fica a PF?

Após o cumprimento da decisão do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) André Mendonça, a gestão interina da PF passou a ficar sob o comando do diretor-executivo William Murad, que era o número 2 na hierarquia da Polícia Federal.

O Palácio do Planalto ainda não decidiu se Murad será o diretor definitivo. Nos bastidores da PF, também tem sido citada a dire-

tora de gestão de pessoas, Helena de Rezende, como um nome cotado para assumir a direção-geral. Seria a primeira diretora mulher da corporação.

Nulidade do relatório

Na decisão, Mendonça afirma que os relatórios da Polícia Federal, classificados pelo próprio ministro como um “nada jurídico” - ou seja, sem respaldo, embasamento - e um suposto monitoramento contra ele, foram determinantes para o afastamento cautelar. Ele ainda cita tanto o Código de Processo Penal, quanto o estatuto interno da PF, determinando ainda que a Corregedoria abra Processo Administrativo Disciplinar.

Na avaliação de Horácio Neiva, doutor e Mestre em Filosofia e Teoria Geral do Direito pela Universidade de São Paulo (USP), os argumentos justificariam a anulação dos relatórios, mas não o afastamento do diretor da PF.

“A maior parte da decisão de Mendonça dedica-se

a mostrar que o documento era interno e sem pretensão de ser publicizado; que o documento não tem valor probatório (no que está certo); que o documento possui erros graves e é nulo. Se o documento é tudo isso, o caminho natural é reconhecer sua nulidade e não simplesmente afastar o Diretor Geral da Polícia Federal do seu cargo.”

Segundo Neiva, a decisão de Mendonça é “gravemente deficiente, com fundamentação frágil e genérica”. “Não há, em nenhum ponto da decisão, a indicação concreta, específica e direta de que Andrei teria mandado “monitorar” Mendonça”, afirmou Neiva.

O professor Lucas Paulino ainda aponta que Mendonça repete um modus operandi utilizado pelo ministro Alexandre de Moraes no inquérito das fake news. “O Mendonça está replicando. O próprio ministro Moraes é criticado por não respeitar o caminho natural do devido processo legal. Então, vamos insistir, repetir esse erro?”, questiona.

JUSTIÇA

AGU pede anulação de decisão e Edson Fachin intima ministro

Presidente do STF deu prazo de 72 horas para André Mendonça se manifestar sobre a solicitação da Advocacia-Geral da União para suspender o afastamento de diretor da PF

Estadão Conteúdo

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Edson Fachin, intimou o ministro André Mendonça a se manifestar sobre o pedido da Advocacia-Geral da União (AGU) que quer anular o afastamento do diretor-geral da Polícia Federal, Andrei Rodrigues. Fachin

deu prazo de 72 horas para Mendonça se pronunciar.

No entendimento da AGU, que representa o governo federal em ações na Justiça, o afastamento do chefe da PF viola competência privativa do presidente da República. Mendonça submeteu a decisão à Segunda Turma da Corte, que formou maioria para validar a decisão.

“O afastamento prematuro, com violação ao juízo natural, acaba por produzir consequência concreta sobre a organização e a direção de órgão de cúpula da Admi-

nistração Pública Federal, restringindo, ainda que provisoriamente, a possibilidade de o Presidente da República exercer, em sua plenitude, a competência constitucional de escolha, manutenção ou substituição daqueles que ocupam funções de direção no âmbito da Polícia Federal”, diz a peça.

Essa intimação foi feita à noite. Antes disso, o presidente do Supremo defendeu a união pelo “aperfeiçoamento” e a “modernização” da Justiça brasileiro, mas disse que o Judiciário “está à altura” para

enfrentar desafios atuais.

A declaração foi dada durante discurso em evento do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) com corregedores nesta terça-feira. “Todos e todas aqui estamos almejando o aperfeiçoamento da Justiça brasileira, ou seja, o desenvolvimento, a sua modernização, com respeito às trajetórias percorridas e com diálogo”, afirmou Fachin. “Os dias de hoje reclamam esse diálogo permanente. Reclamam que tenhamos uma resposta à altura dos desafios”, continuou.

O magistrado acrescentou: “Eu estou plenamente convencido de que o Poder Judiciário brasileiro está à altura dos desafios que se lhes apresentam no momento contemporâneo. E a Justiça brasileira não faltará à legalidade constitucional, por certo, por seus deveres que decorrem da própria Constituição”.

Ao longo da fala, o ministro defendeu ainda que “unidos” será possível uma construção do Judiciário “ainda mais preparado para enfrentar problemas prementes”.

Alejandro Zambrana / STF



O presidente do STF, Edson Fachin (à dir.), disse nesta terça-feira que o Judiciário “está à altura” para enfrentar desafios atuais

Sessão adiada

O ministro Luiz Fux cancelou a sessão da Segunda Turma que estava prevista para a tarde desta terça-feira. A decisão foi tomada em meio à repercussão da decisão de André Mendonça de afastar o diretor-geral da PF.

A Segunda Turma formou maioria em sessão virtual, nesta terça-feira, para confirmar a liminar de Mendonça. A análise, porém, foi suspensa por pedido de vista do ministro Gilmar Mendes, o que adia a proclamação do resultado. A liminar tem eficácia imediata.

OAB-SP pede apuração; senador quer prisão

A Ordem dos Advogados do Brasil de São Paulo (OAB-SP) divulgou um manifesto nesta terça-feira, 8, junto a outras 25 entidades, pedindo apuração transparente dos episódios recentes no Supremo Tribunal Federal (STF). O documento, que conta com a assinatura da OAB do Rio de Janeiro e do Paraná, também fala em reformar o Poder Judiciário.

O manifesto afirma que a confiança da população na Justiça é um alicerce das democracias e vê com

preocupação as revelações e disputas que ocorrem na Suprema Corte.

“Autoridades suspeitas, acusadas ou diretamente interessadas devem ser afastadas desse processo decisório, com ampla oportunidade de esclarecer os fatos à luz do devido processo legal”, defende o manifesto, que completa: “Os episódios recentes podem lançar o Brasil num momento de especial gravidade”

As entidades signatárias do texto chamam o plenário

do tribunal à responsabilidade de examinar os episódios. Ainda citam uma série de mudanças para o Judiciário brasileiro, como parte de uma reforma. “Fortalecer o Supremo significa preservar sua autoridade por meio da transparência e da confiança pública.”

Prisão

Já o senador Carlos Viana (PSD-MG) disse nesta terça-feira que vai protocolar um pedido de prisão

preventiva contra o diretor-geral da Polícia Federal (PF), Andrei Rodrigues, afastado do cargo por ordem do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) André Mendonça.

“Eu estou encaminhando, protocolando hoje (terça) o pedido de prisão a todas as autoridades referentes a esse caso, ao próprio ministro André Mendonça, pedindo, imediatamente, não só o afastamento, mas a prisão de Andrei Rodrigues. À Corregedoria da Polícia

Federal e ao próprio Tribunal de Contas da União, pelo uso indevido do cargo e do dinheiro público para a confecção de relatórios apócrifos”, declarou o parlamentar à imprensa.

Viana disse também que oficiará a ministra Cármen Lúcia para que exija um posicionamento do presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), sobre a instalação do Conselho de Ética da Casa, e criticou o senador pelo que considera omissão no caso.

“A verdade prevalecerá”, diz substituto de diretor da PF

William Marcel Murad, número 2 da Polícia Federal, discursou em abertura de curso para agentes da corporação e saiu em defesa de Andrei Rodrigues, afastado por Mendonça

Reprodução / Redes Sociais

Agência Brasil

O diretor-executivo da Polícia Federal (PF), William Marcel Murad, declarou, nesta terça-feira (8), que a atuação autônoma, imparcial, técnica e apartidária permite que a corporação se defenda de “disparates, ataques, tentativas de usurpação de funções e de desqualificar o trabalho” do órgão.

“Saber que trabalhamos estritamente dentro da lei, comprometidos exclusivamente com o interesse público, nos mantém confiantes em que a verdade dos fatos, que buscamos incansavelmente em nossas investigações, prevalecerá”, disse Murad, em discurso na abertura do 63º Curso de Formação Profissional para agentes da PF, em Brasília.

No início da manhã, pouco antes do início da cerimônia, o ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal (STF) determinou o afastamento preventivo do diretor-geral da PF, Andrei Rodrigues, e do diretor de Inteligência da corporação, Leandro Almada.

Em seu despacho, Mendonça afirma ter sido monitorado ilegalmente durante o mês passado, com a pro-

dução de ao menos seis relatórios de inteligência.

A existência dos relatórios se tornou pública após o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo, tornar um deles público para sustentar, com base no documento, que Mendonça estaria cometendo abusos de autoridade ao fazer direcionamentos, como relator, das investigações da Operação Compliance Zero, que apura o envolvimento de agentes públicos nas fraudes financeiras do Banco Maste, de Daniel Vorcaro.

Para determinar o afastamento temporário do diretor-geral da PF, Mendonça apontou a “superlativa gravidade” e a “ilicitude” da divulgação de “relatórios de inteligência” da PF pelo ministro Alexandre de Moraes.

Segundo Mendonça, o afastamento de Andrei Rodrigues e de Almada tem a finalidade de interromper o “monitoramento e a coleta [de informações] dirigida”.

Confiança

Com o afastamento de Rodrigues, número um na hierarquia do órgão, quem assume o comando da PF é Murad, na condição de diretor-executivo da corporação. Daí as palavras que ele endereçou aos 763 alunos do curso de formação terem ganhado ainda mais relevância.



O diretor-executivo da PF, William Marcel Murad (foto), reafirmou ter total confiança no diretor-geral da Andrei Rodrigues

“Temos o dever de defender a nossa instituição de ataques e de tentativas de usurpações de funções. O respeito às atribuições de cada instituição no âmbito do sistema de Justiça criminal garante a legalidade e a lisura das investigações e das futuras condenações criminais. Não se trata de interesse meramente institucional ou corporativo. É o interesse público no cumprimento da lei e na manutenção do sistema democrático”, disse Murad, em defesa de seu superior.

“Reafirmo nossa total confiança no diretor-geral da PF, Andrei Rodrigues”, declarou, garantindo que a PF age com total autonomia e imparcialidade, motivo pelo qual é uma das instituições nacionais mais bem avaliadas pela população.

“É a certeza sobre os nossos valores e sobre nossa forma de atuar que faz com que as tentativas para desacreditar nosso trabalho com alegações desassociadas da realidade e outros disparates não tenham

qualquer repercussão interna, tampouco apoio da sociedade ou repercussão na imprensa profissional.

Para o diretor, saber que “trabalhamos estritamente dentro da lei, comprometidos exclusivamente com o interesse público, nos mantém confiantes em que a verdade dos fatos, que buscamos incansavelmente em nossas investigações, prevalecerá”. Ele assegurou que a corporação saberá se defender de qualquer ataque, “venha ele de onde vier”.

Onze diretores colocam cargos à disposição

Onze diretores da Polícia Federal divulgaram nesta terça-feira (8) uma carta manifestando “total apoio” ao diretor-geral da Polícia Federal (PF), Andrei Rodrigues, que foi afastado preventivamente do cargo pelo ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal (STF).

Na carta, os diretores expressam apoio também ao diretor de inteligência da PF, Leandro Almada, que também foi afastado. Eles colocaram o cargo à disposição do diretor interino da PF, William Marcel Murad.

“Da mesma forma como a Instituição Polícia

Federal tem, em sua história e feitos, a razão de sólida admiração dos brasileiros, o Dr. Andrei também conta com um percurso profissional dedicado à defesa da PF, com atuação técnica, isenta e responsável”, diz o texto.

O texto assinado pelos diretores da PF continua

afirmando que “narrativas marcadamente influenciadas por interesses político-eleitorais não têm o poder de apagar a história, a reputação e a trajetória profissional de quem quer que seja”.

A nota fala ainda de “ataques” à PF e “usurpação de funções”, com-

pletando ser do interesse público que os diretores defendam uma instituição capaz de assegurar o Estado Democrático de Direito.

“Tais acusações, desprovidas de fundamento. Neste ato, colocamos nossos cargos à disposição do Diretor-Geral substituto”, conclui o texto.

INTERNACIONAL

Resgate no Nepal se concentra em trabalhadores presos em túneis

Pelo menos 11 projetos hidrelétricos foram atingidos quando uma geleira desabou em rio na fronteira com o Tibete. Tragédia deixou 1.399 mortos e mais de 5.500 desaparecidos

Estadão Conteúdo

Equipes de resgate no Nepal buscam dezenas de trabalhadores possivelmente presos em três túneis de um projeto hidrelétrico. A ação ocorre duas semanas após enchentes devastadoras deixarem centenas de mortos e milhares de desaparecidos no Nepal e no Tibete, região autônoma da China. As informações foram divulgadas nesta terça-feira, 8, de acordo com a Reuters.

Conforme a agência de notícias, ao menos 11 projetos hidrelétricos foram atingidos quando uma geleira desabou em um rio na fronteira na região, em 26 de agosto, soterrando as entradas dos túneis desses projetos sob detritos e lama e isolando aqueles que estavam presos lá dentro.

A catástrofe, que aconteceu na fronteira entre

Nepal e China, deixou pelo menos 1.399 mortos e mais de 5.500 desaparecidos, incluindo quase 800 estrangeiros, segundo os balanços mais recentes.

Na segunda-feira, 7, na capital nepalesa, Katmandu, as bandeiras foram hasteadas a meio-mastro e centenas de pessoas participaram de vigílias com velas no 13º dia de luto, de acordo com a tradição hindu.

Entre os desaparecidos estão centenas de trabalhadores de projetos de hidrelétricas. Três pessoas

(dois trabalhadores nepaleses e um chinês) foram resgatadas na sexta-feira, 4, e no sábado, 5, o que reavivou as esperanças de encontrar mais sobreviventes.

Além disso, as equipes de emergência conseguiram retirar com vida, durante o fim de semana, uma idosa que estava presa entre os escombros de sua casa.

No momento, as equipes de resgate procuram nos túneis em busca de mais sobreviventes, “com a mesma intensidade do

primeiro dia”, afirmou o Exército.

“Concentramos nossos esforços em três níveis: em terra, pelo ar e nos túneis”, explicou à AFP um porta-voz militar, Raja Ram Basnet.

Porém, as famílias dos desaparecidos estão frustradas. “Dizem que estão procurando, mas com que resultados? Queremos resultados”, declarou Reena Amatya Shrestha, que não tem notícias de seu irmão, o geólogo Sumesh Amatya, que trabalhava nas obras da represa Trishuli-3, na

fronteira com a China.

Esperança

Dezenas de parentes dos trabalhadores desaparecidos se reuniram na segunda-feira em uma praça da capital nepalesa, Katmandu, para expressar a frustração com uma faixa que pergunta: “Quanto tempo vamos ficar esperando em casa e chorando?”, perguntou.

As equipes de resgate enfrentam dificuldades sem precedentes, destacou nesta segunda-feira Arnold Dix, um especialista australiano que participa das operações.

“Não se trata de uma única operação de resgate, mas potencialmente de várias que transcorrem ao mesmo tempo, em diferentes locais, cada uma com seus próprios perigos”, explicou.

Segundo as autoridades, foram recuperados 1.356 corpos no Nepal e 4.994 pessoas continuam desaparecidas. Do lado chinês, o balanço é de 43 mortos e 519 desaparecidos.



Três pessoas (dois trabalhadores nepaleses e um chinês) foram resgatadas na sexta-feira

Reprodução / X

UE e Otan anunciam ajuda para Ucrânia

Serão destinados 3,2 bi de euros para governo ucraniano comprar mísseis Patriot, dos EUA

Estadão Conteúdo

Os países-membros da União Europeia (UE) concordaram em desembolsar 3,2 bilhões de euros em financiamento para a Ucrânia comprar sistemas de defesa aérea Patriot, dos EUA, e “melhorar a proteção” contra ataques da Rússia.

A medida foi anunciada nesta terça-feira, em conjunto, pelo secretário-geral da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), Mark Rutte, e pela presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen.

Em publicação no X, Rutte destacou que a Otan já transferiu mais de US\$ 10 bilhões para que a Ucrânia comprasse equipamentos militares. “A Otan e a União Europeia continuarão a trabalhar juntas para apoiar

Kiev. Esse é mais um exemplo da Europa tomando à frente”, disse.

Em mensagem semelhante, von der Leyen apontou que o bloco comum também já desembolsou mais de 8,4 bilhões de euros para apoiar a Ucrânia por meio do mecanismo de empréstimos, incluindo recursos para defesa aérea.

O anúncio ocorreu após reunião do Grupo de Contato de Defesa da Ucrânia. Na ocasião, Rutte afirmou que

a guerra ucraniana é capaz de “moldar” todo o ambiente de segurança Euro-Atlântico, exigindo modernização da Otan, fortalecimento da Europa e apoio contínuo a Kiev contra os “ataques brutais” da Rússia.

“Estamos vendo a Rússia se adaptar. Vemos mais mísseis norte-coreanos, mais drones a jato. A Ucrânia precisa da nossa ajuda”, disse o secretário-geral.

Mais cedo, o Reino Unido anunciou 100 milhões

de libras esterlinas para a defesa aérea da Ucrânia. O financiamento ocorre em um momento de intensificação dos ataques entre Kiev e Moscou, apesar de tentativas dos Estados Unidos de retomar negociações de paz.

Nos últimos dias, a União Europeia também anunciou 200 milhões de euros para a Groenlândia, diante da crescente pressão do presidente dos EUA, Donald Trump, sobre controle da ilha.